

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

VOL. 1

ESTADO DO ACRE

BRASÍLIA, MAIO DE 1972
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
IPEA/IPLAN - Instituto de Planejamento
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

Volume 1 - ESTADO DO ACRE

Brasília, Maio de 1972

- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

APRESENTAÇÃO

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti

do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

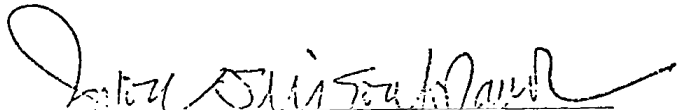
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demôstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sarques Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972


Antonio Nilson Craveiro Holanda
Superintendente do IPLAN

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)

NOTA METODOLÓGICA

NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.

Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUEE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUI	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO SORDESTE</u>	-	14
MINAS GERPAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
REGIÃO CENTRO-OESTE	-	28

INDICE

ÍNDICE

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO ACRE

1. Quadro atual do Planejamento do Estado do Acre
2. Prioridades Setoriais e Esquema Financeiro

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DO ACRE

C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DO ACRE

1. Avaliação Global do Orçamento
2. Análise da Receita
3. Análise da Despesa
4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
5. O Endividamento do Estado do Acre

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

E - ANEXOS

- I - O Planejamento Estadual
- II - Situação Orçamentária - Tabelas

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO ACRE

A. PLANEJAMENTO ESTADUAL DO ACRE

O planejamento estadual do Acre representa uma experiên-cia nova para o Estado, pois sua estrutura começou a ser montada recentemente, à partir da criação da Secretaria de Planejamento e Coordenação. Essa estrutura é bastante simples e se apoia nas Secretarias e Órgãos setoriais (DER, ACAR, ELETROACRE, etc) para a formulação de planos gerais e setoriais de desenvolvimento, cabendo à Secretaria de Planejamento as funções de coordenação e compatibilização dos programas setoriais.

1. QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO ACRE

O recém elaborado "Programa de Ação Trienal do Governo do Estado do Acre" período 72/74, constitui o primeiro esforço de planejamento do Estado. O documento, com base em breves diagnósticos setoriais, estabelece as metas e forma de atuação dos diversos organismos do Governo, sem contudo fazer referências específicas aos objetivos globais e explicitar uma estratégia geral a ser seguida.

2. PRIORIDADES SETORIAIS E ESQUEMA FINANCEIRO

As prioridades setoriais podem ser depreendidas da distribuição dos Investimentos segundo os programas, como mostra o quadro seguinte, uma vez que o Programa de Ação do Governo não as explicita.

	<u>(milhões de Cr\$)</u>	<u>%</u>
ATIVIDADE MEIO	12,4	4,8
Administração Geral	8,2	3,2
Defesa e Segurança	4,2	1,6
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	114,2	44,2
Educação e Cultura	33,2	12,8
Saúde	7,6	3,0
Saneamento	70,0	27,1
Desenvolvimento Urbano e Habitação	3,4	1,3
INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	82,9	32,0
Energia	26,0	10,0
Transportes	56,9	22,0
SETORES PRODUTIVOS	49,0	19,0
Agricultura e Abastecimento	29,8	11,5
Comércio	5,3	2,0
Indústria e Turismo	1,3	0,5
Incentivos ao desenvolvimento estadual	12,6	5,0
T O T A L	258,5	100,0

O quadro mostra que do total dos investimentos em projetos, a infraestrutura social recebeu mais de 44%, sendo que só o setor saneamento recebeu 27%. A concentração dos investimentos globais em projetos no setor de saneamento não implica, à primeira vista uma orientação "sponte sua" do Governo nesse setor mas sim condicionamentos financeiros, já que, como mostra a Tabela anexa, para o total dos investimentos em projetos de Saneamento de Cr\$ 70 milhões, o Estado só participará através de recursos orçamentários com Cr\$ 2,5 milhões ou seja menos de 4% do total dos dispêndios.

A facilidade de financiamento extra orçamentário foi pois o determinante básico que orientou essa alta concentração de recursos em projetos do Setor de Saneamento.

A única menção a esquemas financeiros do Programa de Ação Trienal referem-se às aplicações por projetos segundo a origem dos recursos orçamentários ou extra orçamentários, mostrados na Tabela anexa.

Uma observação que se depreende da referida Tabela é a alta dependência dos investimentos em fundos de origem extra-orçamentária, que atingem, aproximadamente, 48% do total. A falta de especificações não permite concluir se isto acarretará pequena probabilidade de realização do programa de investimentos

Uma descrição mais detalhada dos assuntos tratados neste tópico, é apresentada no anexo deste volume.

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS
E FINANCEIROS DO ESTADO DO ACRE

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

DO ESTADO DO ACRE

1. Orçamento para 1972: Cr\$ 91,1 milhões de cruzeiros.

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita da Região	11,4	15,1	14,3
- s/Receita Total dos Estados	0,2	0,3	0,3

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 25,3	+ 8,7
1971/72	+ 6,9	+ 10,6

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 14,8	+ 7,7
1971/72	+ 5,2	+ 9,7

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	Total
1968	13,5	82,6	-	2,0	84,6
1970	7,3	22,6	17,0	49,7	89,3
1972	11,0	23,4	18,7	43,0	85,1

(*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.

6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	66,5	55,7	73,5
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	18,1	15,8	20,7

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	251,8	381,3	344,2
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	794,0	1.219,9	892,7

Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	21,8	57,0	42,4
Região	24,9	29,5	25,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	57,5	32,8	36,1
Região	48,2	46,4	43,5
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

FLUTUANTE	FUNDADA	EXTERNA
100,0	-	-

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

12,9

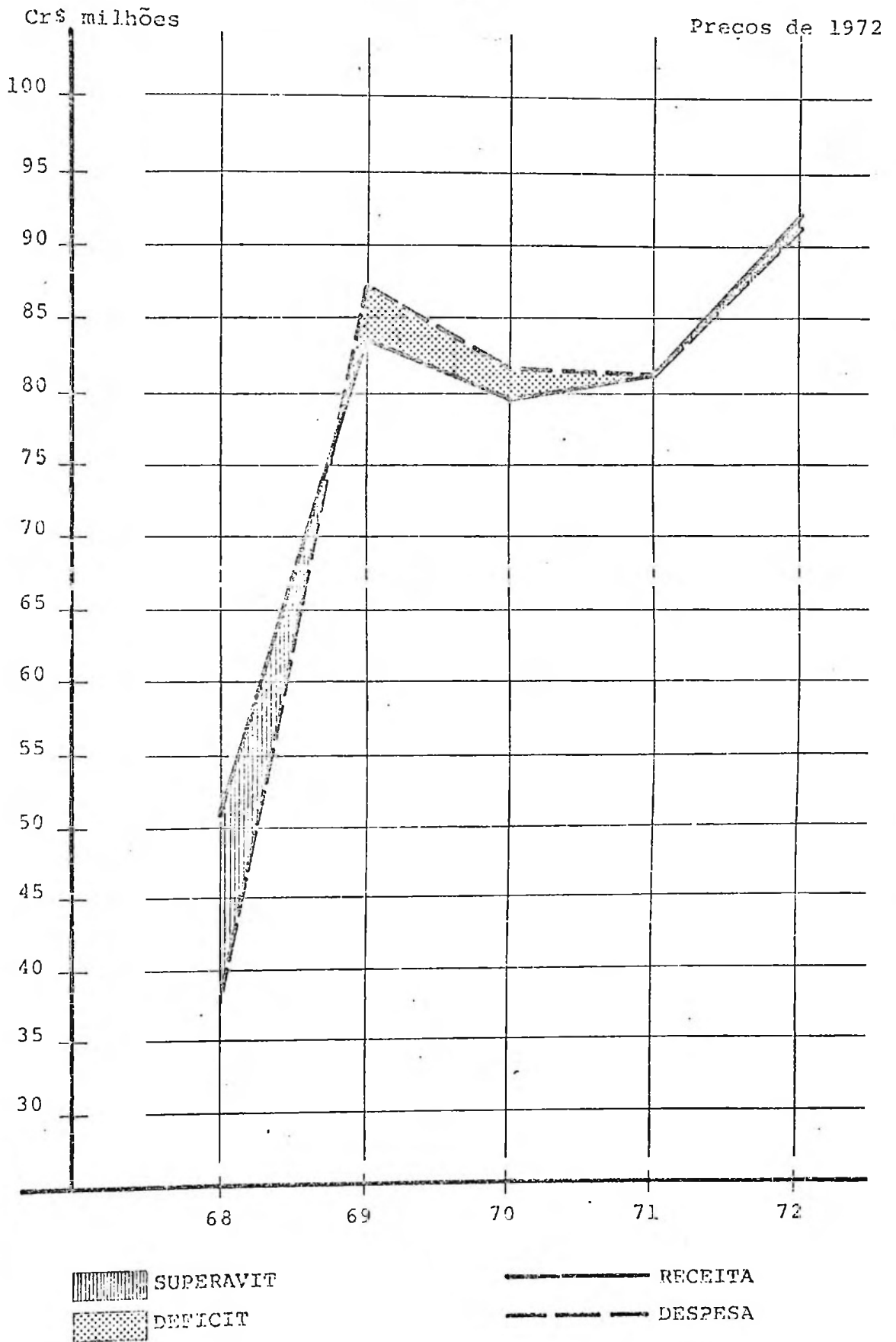
	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	-	-	-
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	-	0,4	-

14. Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>
(+) 25,5	(-) 2,6	

COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA

1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DO ESTADO DO ACRE

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DO ESTADO DO ACRE

1. AVALIAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1. O Orçamento em 1972

O orçamento do Estado do Acre, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e estima a Receita no montante de Cr\$ 91,1 milhões.

1.1.1. A Posição Relativa da Receita

A Receita no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União, conforme se apresenta abaixo mostram a Receita do Estado do Acre evoluindo a taxas levemente superiores às verificadas para a Receita da União, e as médias regional e nacional.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/ Receita da Região Norte: (%)	11,4	16,9	15,1	15,5	14,3
Receita Estadual/ Receita dos Estados: (%)	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Receita Estadual/ Receita da União: (%)	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3

1/ Tabelas BR - 1.3, 1.4 e 1.5,

Todas as tabelas citadas com a referência - BR - encontram-se no anexo II, do volume 4, referente a Região Norte.

Os gráficos I, II e III, apresentados no Anexo I do Volume 4, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Norte, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União.

1.1.2. Evolução da Receita em Termos Reais

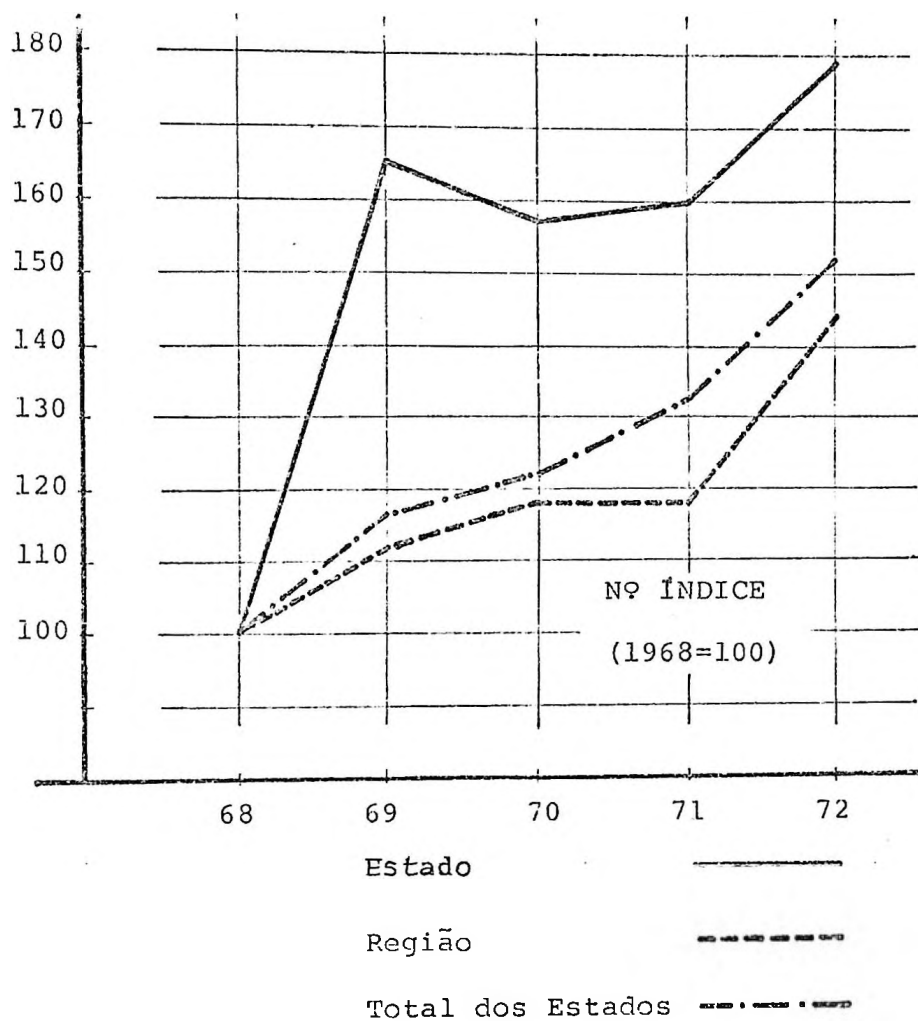
A evolução da Receita em termos reais apresenta uma substancial expansão em 1969 em relação ao exercício anterior (65%), seguida de um pequeno decréscimo em 1970. As estimativas dos anos 71/72 prevêm uma aceleração no seu ritmo de crescimento de modo que em 1972 a Receita estimada deverá ultrapassar ligeiramente a posição real em 1969. O quadro abaixo apresenta os dados da evolução da Receita:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	165	157	160	179
Acréscimos Anuais (%):	-	+65,0	- 4,8	+ 1,9	+11,9

O gráfico seguinte apresenta o crescimento, em termos reais, da Receita do Estado do Acre, da Receita da Região e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal^{2/}, onde a Receita do Estado apresenta um crescimento irregular, porém a ritmo um pouco superior àquêle em que evoluem as Receitas da Região Norte, e dos Estados tomados em conjunto.

1/ Tabelas AC - 1.2 e 1.3 - todas as Tabelas com a sigla AC são apresentadas no Anexo II deste volume.

2/ Tabela BR - 1.2 -



1.1.3. Evolução da Despesa em Termos Reais

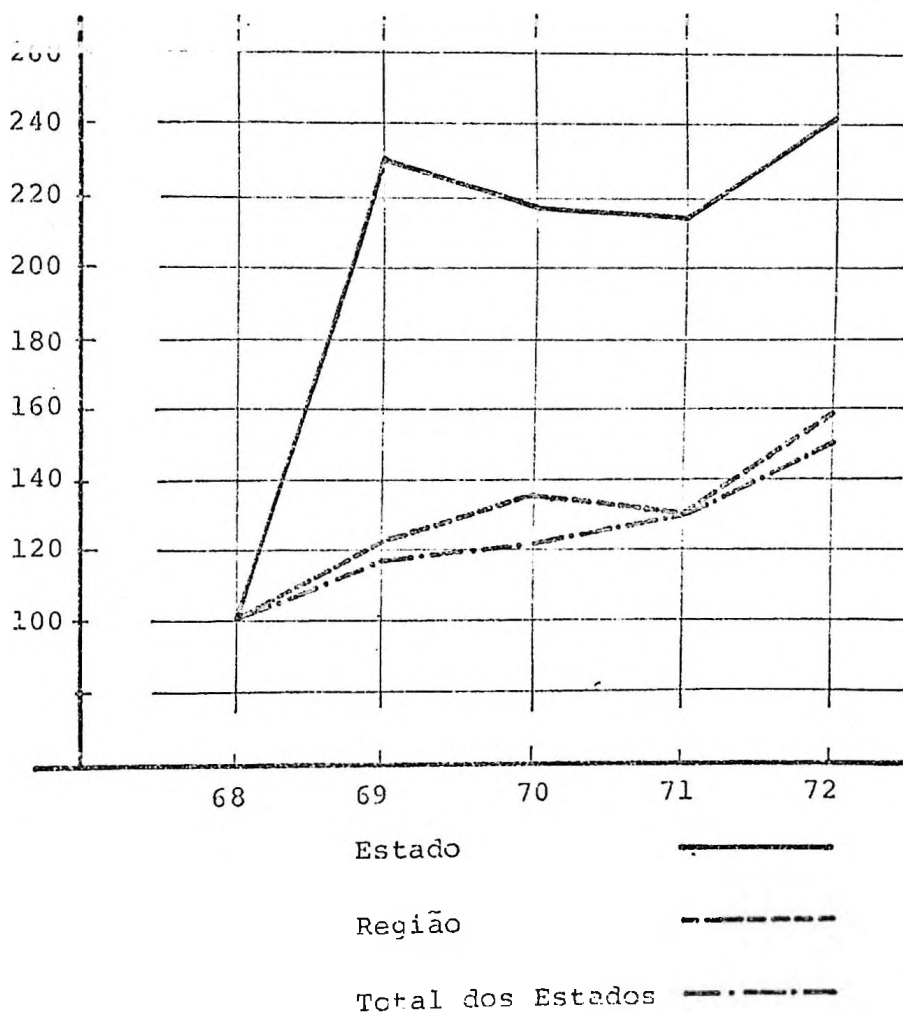
Apresentando um comportamento semelhante ao observado para a Receita, a Despesa do Estado do Acre, a preços de 1972, experimentou um acentuado crescimento no ano de 1969 para em seguida tornar-se decrescente. Esta tendência declinante persiste até 1971, abrangendo pois o primeiro ano de previsão orçamentária, ao contrário do que acontece com a maioria dos Estados, cujas estimativas de crescimento são sempre elevadas. Já as estimativas para 1972 preveem uma expansão expressiva da Despesa estadual, cujo valor deverá ultrapassar os resultados verificados em 1969, como se observa nos dados seguinte.^{1/}

^{1/} Tabelas AC - 1.2 e 1.3

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	230	217	215	241
Acrêscimos Anuais (%):	-	+130,0	- 5,7	- 0,9	+12,1

A acentuada taxa (47,2% a.a.) com que cresceu a Despesa no sub-período 68/70, bem mais elevada que a observada para a Receita no mesmo período (25,3%) foi suficiente para induzir o aparecimento de Déficit Orçamentário a partir de 1969, que será analisado mais adiante.

O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais, da Despesa do Estado, da Despesa da Região e do somatório das Despesas dos Estados, e do Distrito Federal,^{1/} onde se destaca o crescimento atípico da Despesa do Estado em 1969, bastante diferente dos comportamentos observados para os conjuntos regional e nacional.



^{1/} Tabela BR - 3.1

2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita se desdobrará em duas etapas:

- análise segundo as categorias econômicas;
- análise segundo a origem.

Neste segundo sub-ítem será dado destaque ao ICM e às Transferências e sua posição relativa no Orçamento.

2.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O gráfico V apresentado no Anexo I do Vol. 4, mostra as Receitas dos Estados da Região Norte desdobradas em Receitas Correntes e de Capital^{1/} onde, ao lado da elevada participação das Receitas Correntes do Acre, também se destaca a sua constante melhoria, numa tendência semelhante à observada para o conjunto regional.

2.1.1. Evolução em Termos Reais das Receitas Correntes e de Capital

O crescimento das Receitas Correntes a preços constantes nos anos de execução orçamentária se processam de forma bastante dinâmica, tanto que, apesar do ligeiro declínio observado em 1970, apresentou uma taxa geométrica de 32,7%. Contudo, as previsões orçamentárias dos anos 71/72 não acompanham o mesmo ritmo pois apresentam uma taxa^{2/} bastante modesta (7,9%), ao contrário do que se tem observado para a maioria dos Estados cujos orçamentos são, de modo geral, super-avaliados.

^{1/} Tabela BR - 2.6

^{2/} As taxas de crescimento para o período de previsão orçamentária foram calculadas com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos, respectivamente, com dados de Balanço e da Previsão orçamentária.

Com referência as Receitas de Capital, em que pese o seu menor dinamismo, também se observa o mesmo tipo de comportamento, pois as taxas de crescimento apuradas para aqueles dois sub-períodos foram, respectivamente, 14,8 e 5,2%.

O quadro a seguir mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital:^{1/}

Receitas Correntes e de Capital

Nº Índice - 1968 = 100

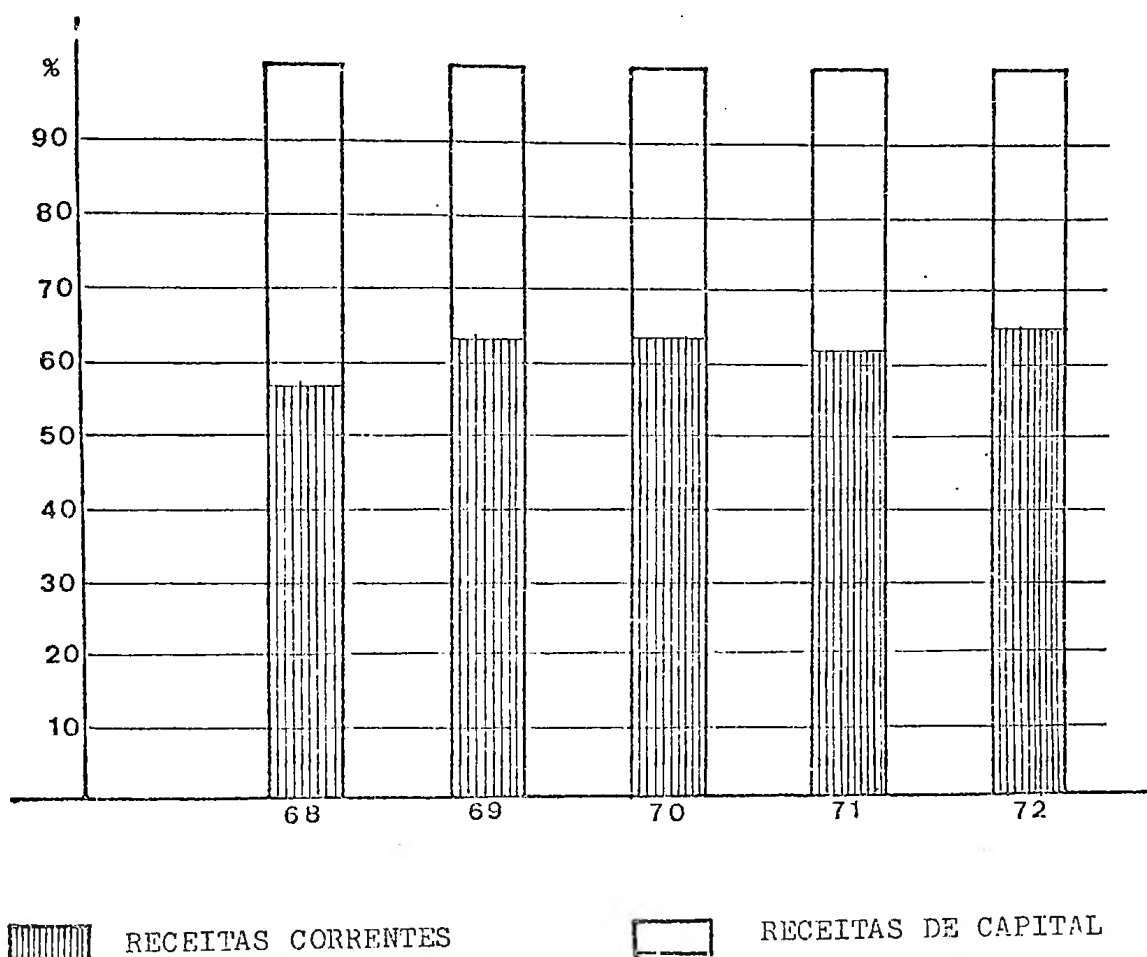
ANO	RECEITA CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	183	140
1970	176	132
1971	175	140
1972	205	146

2.1.2. A Composição Percentual da Receita Segundo as Categorias Econômicas

O ritmo de crescimento mais acelerado, apesar de irregular, da evolução das Receitas Correntes conduziu à modificação da composição do total de Receitas, com um pequeno declínio da participação relativa das Receitas de Capital, como mostra o gráfico a seguir.^{2/}

^{1/} Tabelas AC - 1.2 e 1.3

^{2/} Tabela AC - 1.1



Esta modificação na composição da Receita segundo categorias econômicas foi motivada pela maior expansão das Transferências Correntes em relação às Transferências de Capital, como será constatado a seguir.

2.2. Análise Segundo a Origem

O gráfico VI apresentado no Anexo I do Vol.4, mostra a comparação da composição das Receitas dos Estados da Região, desdobradas em Próprias e Transferências, sendo o Acre o Estado da Região que apresenta maior proporção de Receitas de Transferência^{1/}, ou seja, é o Estado da Região Norte mais dependente às Receitas de Transferências.

^{1/} Tabela BR - 2.2

2.2.1. Evolução em Termos Reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, identifica para o sub-período 1968/70 (dados de Balanço) uma tendência ligeiramente crescente, representando estas, em 1970, apenas 108% do seu valor em relação a 1968. Para o sub-período 1971/72 a estimativa das Receitas Próprias prevêem-nas crescendo a uma taxa bastante elevada (26,5%). Os dados abaixo mostram essa evolução^{1/}:

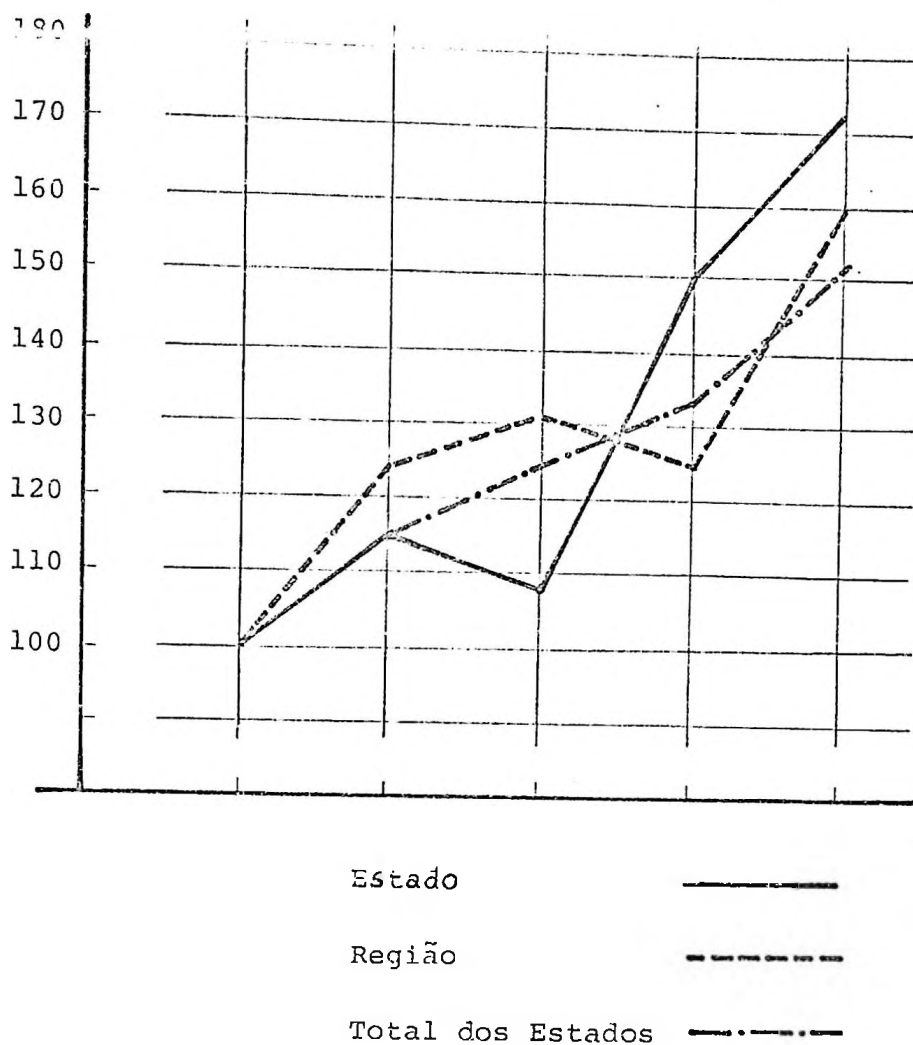
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	115	108	149	172
Acréscimos Anuais (%):	-	+15,2	-6,6	+38,8	+15,3

O comportamento observado para as Receitas Próprias resultou da evolução decrescente experimentada pelo ICM no primeiro sub-período, anulada ligeiramente pela expansão, em termos reais, das "Outras Receitas Próprias" (Cr\$ 1,0 milhões em 1968 a Cr\$ 2,7 milhões em 1970). Já no segundo sub-período, os elevados acréscimos estimados para o ICM e para as "Outras Receitas Próprias", justificam as previsões de crescimento das Receitas Próprias no sub-período 1971/72.

O gráfico a seguir apresenta o crescimento em termos reais, das Receitas Próprias do Estado, da Região e do Total de todos os Estados e Distrito Federal.^{2/}

^{1/} Tabela AC - 2.2

^{2/} Tabela BR - 2.1



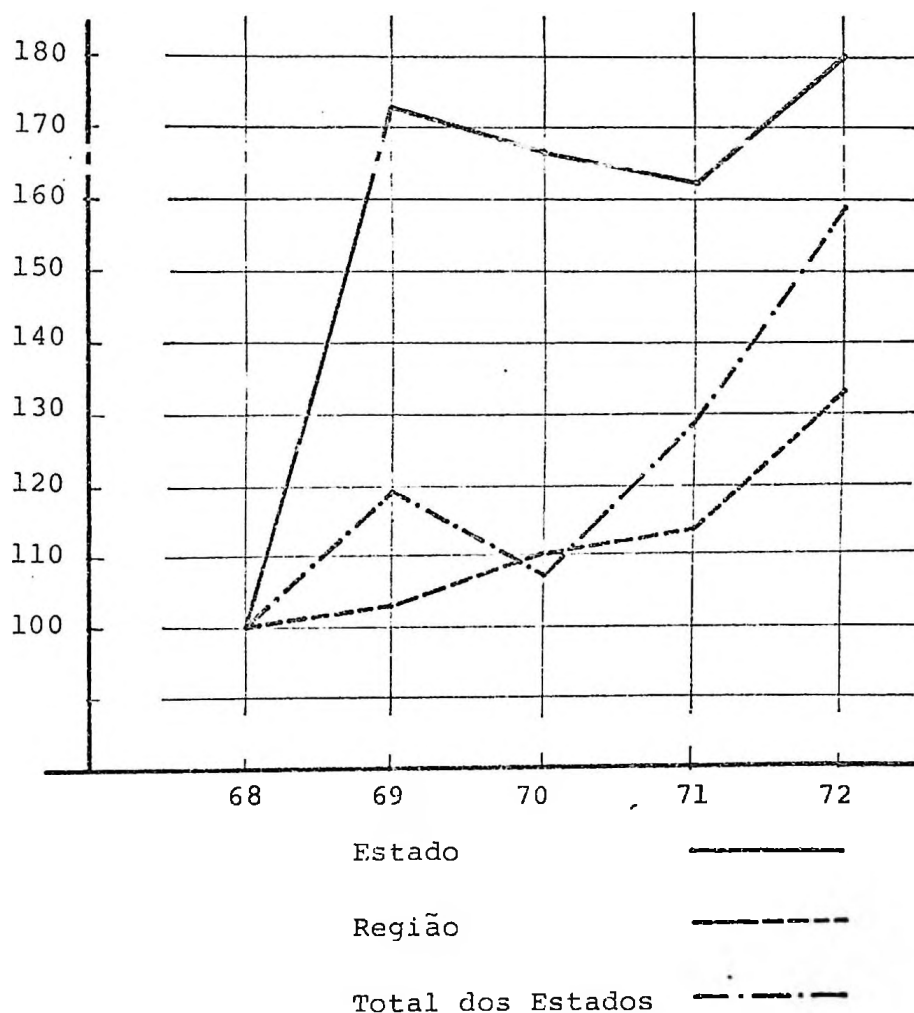
Observa-se que o ritmo de crescimento médio das Receitas Próprias do Estado é superior ao verificado para os totais regional e nacional, pois enquanto as Receitas Próprias do Estado evoluem em 14,5% a.a. o total das Receitas Próprias da Região evolui a 12,4% a.a. e, o Total para todos os Estados evolui a 10,9% a.a. Contudo, é necessário chamar a atenção para o fato de serem os dados de previsão, responsáveis pelo comportamento descrito, alterando sensivelmente a tendência observada.

As Transferências em termos reais, no sub-período 1968 / 70 cresceram a uma taxa de 28,7% a.a.. Contudo as estimativas para o sub-período 1971/72 preveem-nas crescendo a uma taxa bastante modesta (4,3%).

O quadro abaixo apresenta o ritmo da evolução das Transferências para o Estado:^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	173	166	162	180
Acrêscimos Anuais (%):	-	+73,0	- 4,3	- 2,4	+11,5

O gráfico seguinte apresenta a evolução, em termos reais, das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo Total dos Estados e Distrito Federal.^{2/} O ritmo em que evoluem as Transferências para o Estado (15,8%a.a.) é bem mais intenso que o ritmo em que evolui o total das Transferências para a Região (7,4%a.a.) e o ritmo da evolução do total das Transferências para os Estados - (12,3%a.a.).



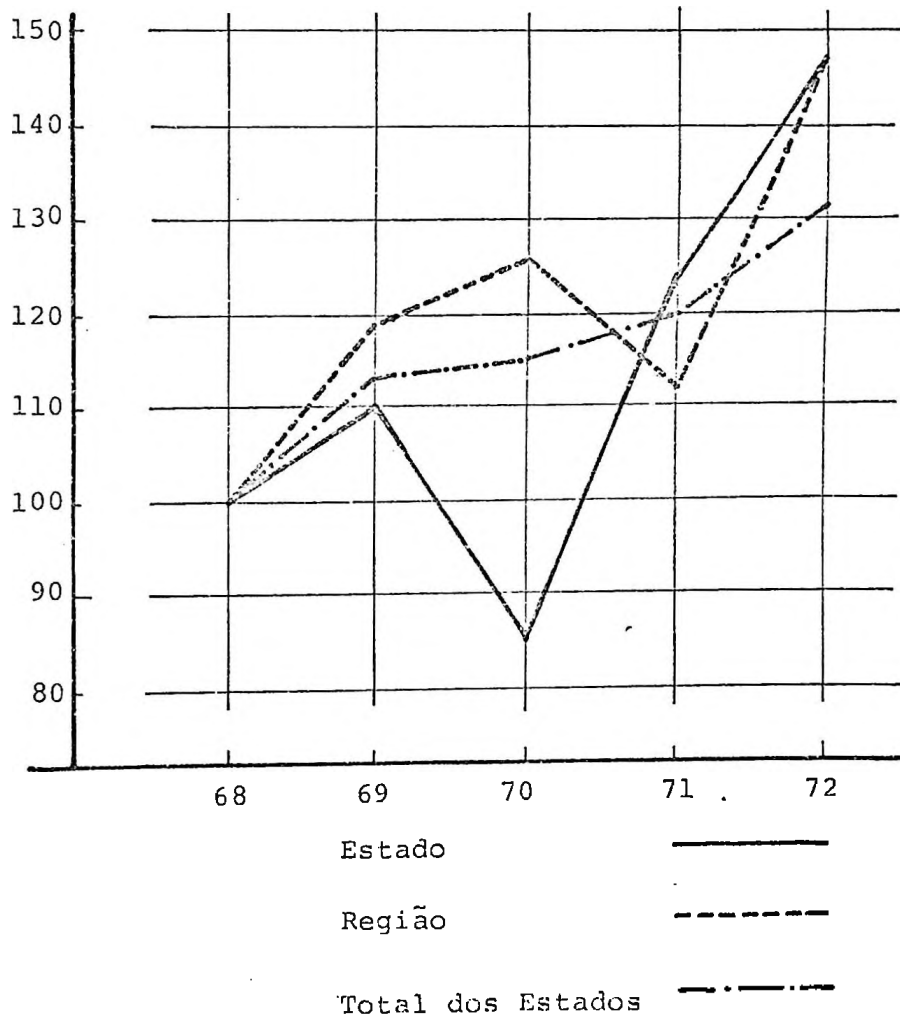
^{1/} Tabela AC - 2.2
^{2/} Tabela BR - 2.1

2.2.2. O ICM - IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, contribuiu em 9,9% para o Total de Receitas do Estado, no período 1968/70. As estimativas para 1971 e 1972 prevêem uma pequena elevação desta contribuição, atingindo 10,7% em 1972.^{1/}

Em termos reais, o ICM, no sub-período 1968/70, decresceu a uma taxa da ordem de 8,3% a.a.. Para os Dados de Orçamento, sub-período 1971/72, há previsão de uma reversão de tendência pois estima-se que o crescimento do ICM se realize a uma taxa muito elevada: 31,3%.

O gráfico a seguir, mostra a evolução comparada do ICM para o Acre, para a Região Norte e para os Estados da Federação^{2/}, onde se destaca a brusca queda verificada em 1970 na arrecadação deste tributo no Estado. Este resultado assume proporções mais graves ainda, quando se constata que, para o conjunto dos Estados da Região houve um acréscimo em relação ao ano anterior.



^{1/} Tabela AC - 2.1

^{2/} Tabela BR - 2.1.1.

O crescimento do ICM no Estado do Acre é muito irregular, com um comportamento diverso do comportamento médio dos demais Estados da Região. As estimativas para 1972 prevêem que o Acre alcance a mesma posição da Região e esteja um pouco superior ao Total dos Estados.

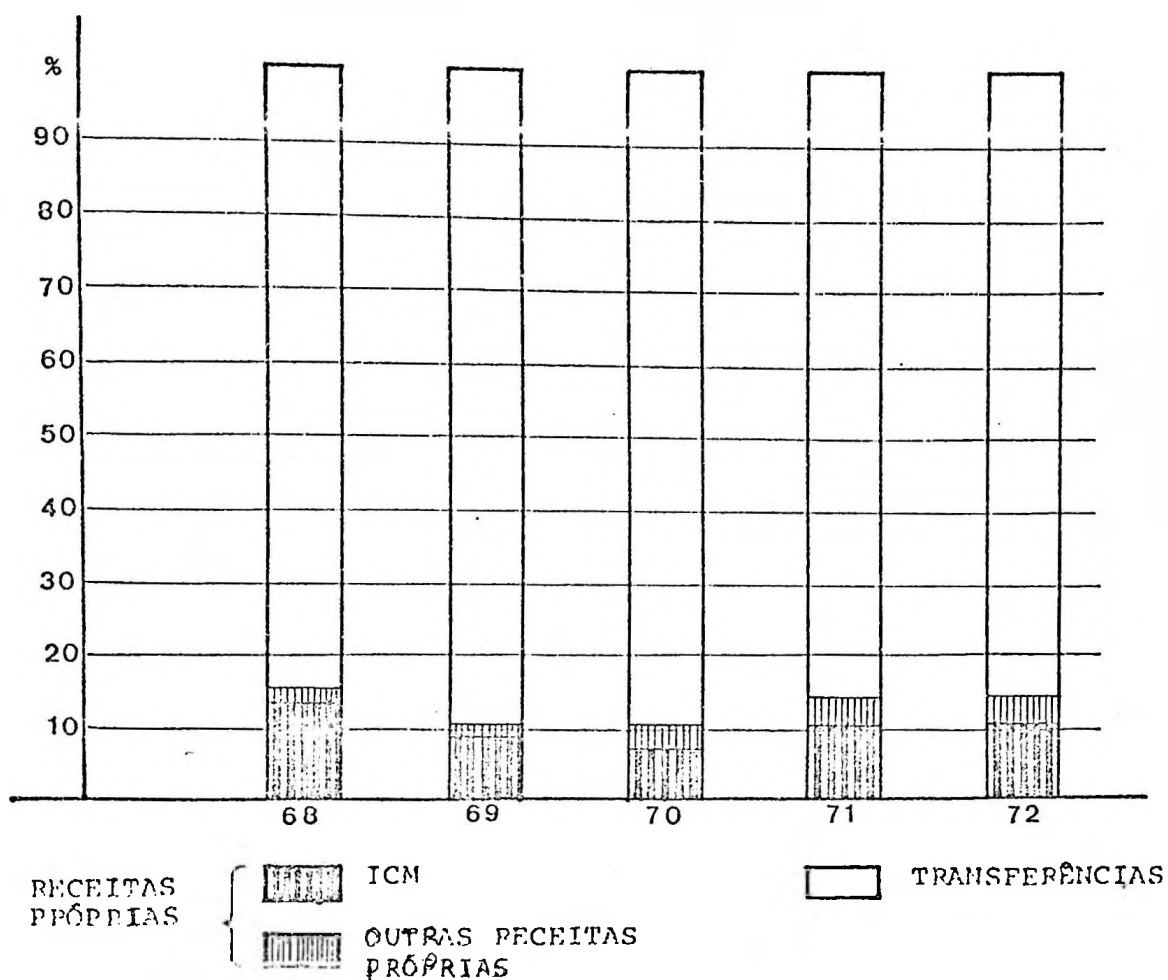
O gráfico VII apresentado no Anexo I do Vol. 4, mostra a proporção do ICM no total de Receitas para todos os Estados da Região Norte nos anos de 1968, 1970 e 1972.^{1/} No Acre, o ICM tem uma participação na Receita significativamente menor que a média regional.

2.2.3. A Composição Percentual da Receita Segundo a Origem

O ritmo de crescimento mostrado pelas Receitas Próprias e seus componentes e pelas Transferências implicou em que as Receitas Próprias diminuíssem sua participação relativa no Total de Receitas ao longo do sub-período 1968/70. No sub-período 1971/72 as previsões indicam um aumento de participação das Receitas Próprias, mas sem atingir a posição relativa do início do período.

O gráfico seguinte ilustra essa modificação da composição da Receita Estadual.

^{1/} Tabela BR - 2.2.1



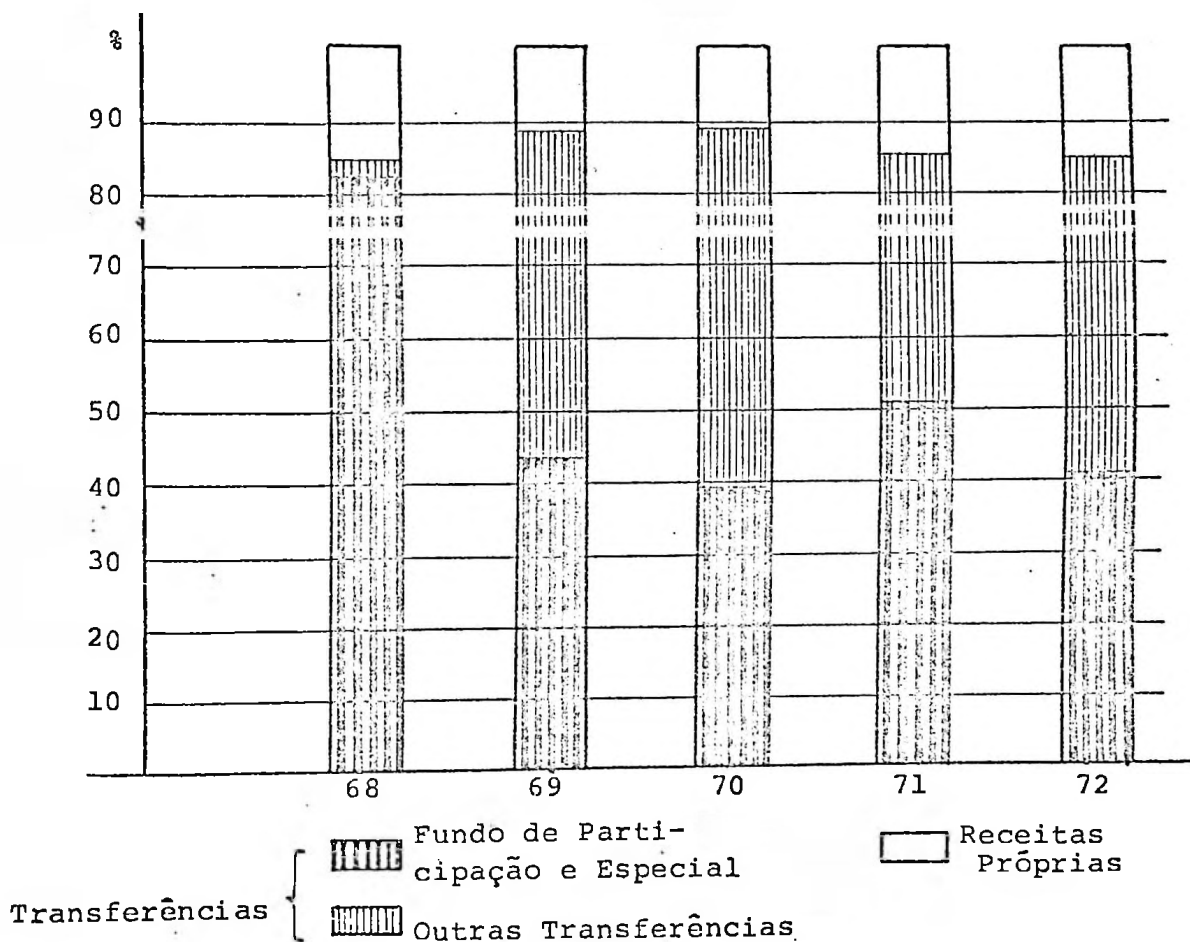
2.2.4. As Transferências e sua Posição Relativa no Total das Receitas

As Transferências apresentaram-se com uma participação crescente no Total das Receitas para os dados de Balanço, passando de 84,6% em 1968 para 89,3% em 1970, enquanto que para os anos de previsão as modestas estimativas de crescimento desta rubrica induziram uma modificação da tendência observada, esperando-se assim, uma perda de posição relativa, alcançando respectivamente, 85,6 e 85,1% nos anos de 1971 e 1972.

Em conjunto, os Fundos diminuíram substancialmente sua contribuição no sub-período 1968/70, passando de 82,6% em 1968 para 39,6% em 1970, apesar da introdução do Fundo Especial em 1969. No segundo sub-período a participação relativa dos Fundos deverá e levar-se um pouco, atingindo apenas 42,1% em 1972, sendo pois as "Outras Transferências" as responsáveis pelo desempenho observado no Total das Transferências.

Com referência às "Outras Transferências" ressalte-se que estas representaram apenas 2% da Receita Total em 1968, posição bastante inferior às verificadas nos anos subsequentes quando a relação manteve-se em torno de 46%. Em outras palavras, após uma substancial expansão em 1968, há uma estabilidade na participação das "Outras Transferências".

As modificações estruturais ocorridas na composição das Transferências podem ser visualizadas no gráfico abaixo.^{1/}



^{1/} Tabela AC - 2.3

O gráfico VIII apresentado no Anexo I do Vol. 4, mostra a comparação das Transferências recebidas pelos Estados da Região Norte, relativa ao total das Transferências recebidas por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.^{1/}

O Estado do Acre tem uma participação bastante estável no total das Transferências, apesar de pequenas variações, mas permanece como o Estado da Região Norte com menor participação no total das Transferências.

O gráfico IX apresentado no Anexo I do Vol. 4, mostra a comparação entre as Transferências dos Fundos de Participação dos Estados e do Fundo Especial. O Estado do Acre mantém aproximadamente estável a sua participação nestas transferências.^{2/}

O quadro abaixo apresenta a participação relativa do Acre no Total das Transferências e no Total dos Fundos:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferência (%):	1,8	2,7	2,8	2,3	2,1
Fundos (%):	3,5	3,5	3,1	3,2	3,1

2.2.5. Receitas em Termos "Per-Capita"

2.2.5.1. Receitas Próprias "Per-Capita"

As Receitas Próprias "per-capita" do Acre são inferiores as calculadas para o conjunto Regional em todo o período. A maior intensidade de crescimento das Receitas Próprias do Estado previstos nos orçamentos de 71/72, faz com que ao final do período as Receitas Próprias "per-capita" estimadas do Acre estejam próximas a média regional estimada.^{3/}

1/ Tabela BR - 2.5

2/ Tabela BR - 2.5.1

3/ Tabela BR - 2.3

Em 1968 as Receitas Próprias "per-capita" do Estado eram de 38,12 Cr\$/habitante ou 66% da média regional de 57,36 Cr\$/habitante. Em 1972, as Receitas Próprias "per-capita" estão estimadas, em 58,70 Cr\$/habitante, ou apenas 73% da média regional. Esperando-se assim uma elevação relativa da disponibilidade de recursos próprios em termos "per-capita" dos Estados nortistas, do Total dos Estados e da Região Norte. Observa-se facilmente para o Acre o comportamento acima descrito.

2.2.5.2. Transferências "Per-Capita"

As Transferências "per-capita" em termos reais, recebidas pelo Estado apresentam-se substancialmente superiores às calculadas para a Região Norte e para o Total dos Estados e Distrito Federal.^{1/}

Em 1968, as Transferências "per-capita" eram de 210,17 - Cr\$/habitante, ou 252% da média regional de 83,46 Cr\$/habitante. Em 1972, as Transferências "per-capita" estão estimadas em 334,48 Cr\$/habitante, ou 344% da média regional de 97,18 Cr\$/habitante, esperando-se assim, uma substancial melhoria da posição relativa do Estado, apesar das modestas taxas previstas nos anos finais.

O gráfico XI, apresentado no Anexo I do Vol. 4, mostra as Transferências "per-capita" recebidas pelos Estados comparadas às da Região Norte e às do Total dos Estados.

As Transferências têm uma evolução mais rápida que as Receitas Próprias, pois enquanto estas evoluem a 14,5% a.a. no período 1968/72, as Transferências se expandem a 15,8% a.a. Esta constatação significa o aumento da dependência do Governo Estadual às contribuições financeiras do Governo Federal.

^{1/} Tabela BR - 3.3

3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do ítem Despesa será efetuada segundo:

- as Categorias Econômicas;
- as Funções.

3.1 Análise Segundo as Categorias Econômicas

O gráfico XII apresentado no Anexo I do Vol.4, mostra a composição das Despesas dos Estados da Região Norte segundo as Categorias Econômicas. O Acre em 1968, era o Estado com menor proporção de gastos correntes.^{1/} Já em 1972 deverá ter uma proporção de gastos correntes muito elevada, situando-se como o Estado da Região com maior proporção de nessa categoria, havendo pois, uma radical alteração de posição relativa do Acre no contexto regional.

3.1.1 Evolução em Termos Reais das Despesas Correntes e de Capital

O crescimento das Despesas Correntes, em termos reais, mostrou-se muito significativo no sub-período 1968/70, taxa de 85,4% a.a. No sub-período 1971/72, as estimativas implicam em uma taxa de crescimento muito modesta, da ordem de 2,9% a.a.

O comportamento verificado para as Despesas Correntes no primeiro sub-período resultou do intenso crescimento verificado para as Despesas com Pessoal (taxa da ordem de 138,6% a.a.) já que as "Outras Despesas Correntes" permaneceram estáveis, em torno de 8,4 Cr\$ milhões. A estimativa do comportamento para o segundo sub-período decorre das previsões da evolução declinante para as Despesas com Pessoal, principal componente das Despesas Correntes, com uma participação média de 84% em 1969/70 e uma participação média estimada de 69% em 1971/72. É necessário observar que enquanto as Despesas com Pessoal estão estimadas a decrescerem na proporção média de 91% a.a., as "Outras Despesas Correntes" apresentam uma previsão de crescimento de 53,7% a.a.

O crescimento das Despesas de Capital, em termos reais apresentou-se bem menos acentuado que o observado para as Despesas Correntes ao longo de todo o período. Contudo, considerando os dois sub-períodos verifica-se sensível mudança nesse comportamento pois o resultado médio do período deveu-se ao desempenho verificado nos anos de execução orçamentária, quando a taxa anual de crescimento dos Gastos de Capital foi

^{1/} Tabela AC - 3.2

de 11,4% , contra 85,4% apurada para Despesas Correntes. Já no segundo sub-período a expectativa é de que o crescimento das duas rubricas se faça às taxas de 10,6 e 2,9% respectivamente.

O quadro abaixo ilustra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital.

Nº Índice - 1968 = 100

ANO \ DESPESA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	307	174
1970	344	123
1971	315	141
1972	364	151

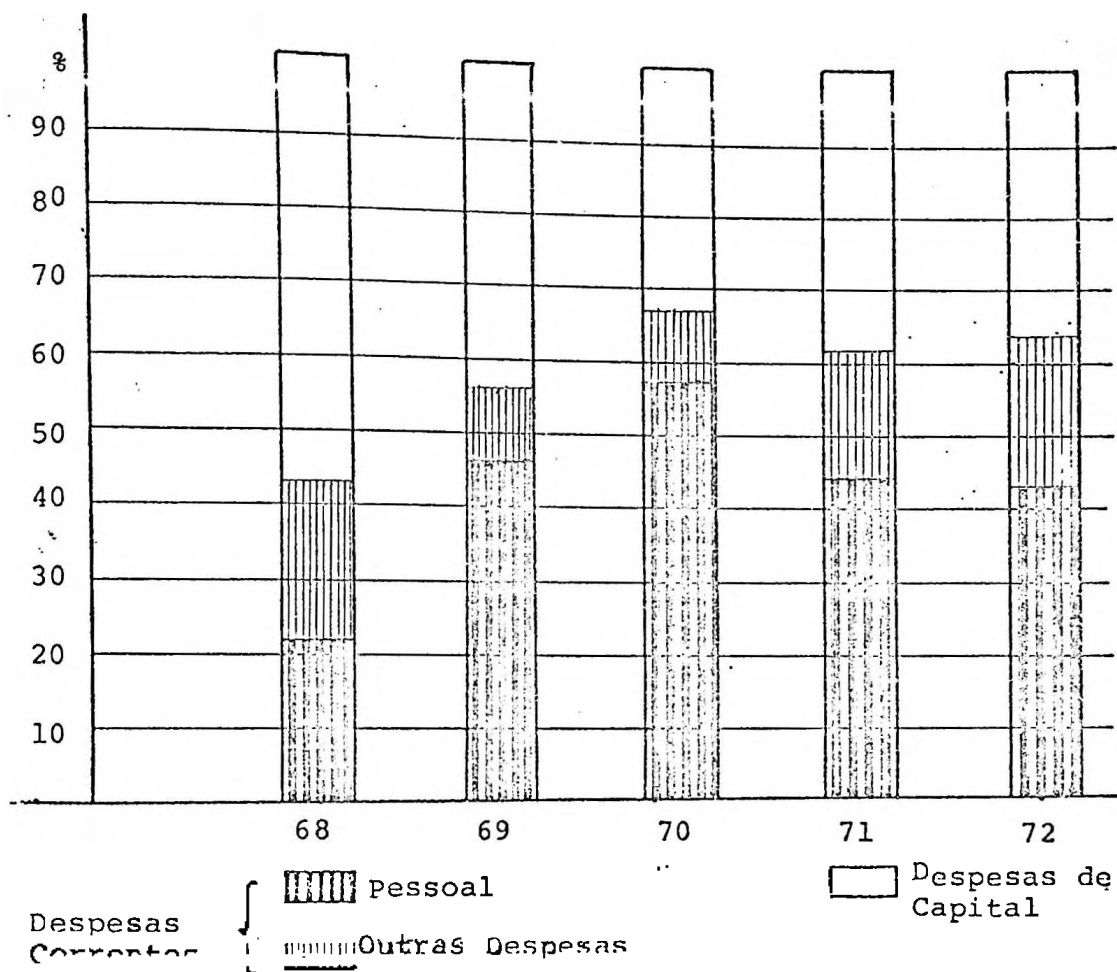
O gráfico XII apresentado no Anexo I do Vol. 4, mostra a comparação das Despesas com Pessoal para os Estados da Região.^{1/}

O Acre tinha em 1968 a menor proporção de gastos com Pessoal entre os Estados da Região Norte. Mas em 1970 e 1972, a situação inverteu-se, e o Acre passou a ser o Estado da Região com maior proporção de gastos com Pessoal e, ainda em 1970, foi o Estado Brasileiro com maior proporção nessa categoria e, em 1972 as estimativas só o colocam em situação inferior ao Rio Grande do Norte e ao Estado do Rio de Janeiro.

3.1.2. A Composição Percentual da Despesa Segundo as Categorias Econômicas

O descompasso no ritmo de crescimento entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes determinou uma mudança na composição do Total das Despesas, com um sensível aumento da posição das Despesas Correntes, como evidencia o gráfico seguinte.^{2/}

^{1/} Tabela BR - 3.4
^{2/} Tabela AC - 3.1



3.1.3. Despesas com Pessoal e Capital em Termos "Per-Capita"

As Despesas com Pessoal "per-capita", em termos reais mostram-se em contínua expansão, passando de 40,10 Cr\$/habitante em 1968, para 166,60 Cr\$/habitante em 1972. Estes valores representam, respectivamente, 126 e 193% dos valores consignados para o conjunto dos Estados da Região Norte naqueles anos, o que indica que além de ser mais oneroso, os custos da estrutura administrativa do Governo Estadual tendem crescer numa proporção maior que a dos demais Estados da Região.

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais, variam de 106,55 Cr\$/habitante para 142,00 Cr\$/habitante no período de 1968/72. No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Norte passaram de 61,67 Cr\$/habitante para 77,03 Cr\$/habitante e em termos relativos os valores para o Estado representam, respectivamente, 173% e 184% dos valores para a Região. Dessa forma, o Governo Estadual pretende dispendir em formação de Capital cifras por habitantes cada vez mais elevadas que as regionais.^{1/}

3.2. Despesas por Funções

Os Setores Governo, Administração Geral e Financeira, Viação e Comunicação e Educação e Cultura, respondem no conjunto, em média, por mais de 70% do Total de Despesas. O quadro abaixo apresenta a participação relativa no Total de Despesas, desses setores em conjunto e sua posição individual.^{2/}

DESPESA SEGUNDO AS PRINCIPAIS FUNÇÕES

(Despesa Total = 100%)

Ano	Setores	GOVERNO ADMINIS- TRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA	VIAÇÃO TRANS- PORTES E COMUNICAÇÕES	EDUCAÇÃO E CULTURA	TOTAL
1968		33,2	23,8	13,5	70,5
1969		49,9	27,8	10,3	88,0
1970		57,4	18,1	6,1	81,6
1971		50,3	14,6	13,8	78,7
1972		53,4	12,0	12,4	77,8

^{1/} Tabela AC - 3.4 e BR - 3.2

^{2/} Tabela AC - 3.3

Há uma tendência estável no período 1968/70 para a participação do conjunto de setores especificados no quadro anterior. Para o período 1971/72, a tendência é decrescente, com a participação individual de Transportes e Governo sendo responsável por esta tendência.

4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

4.1. Equilíbrio Orçamentário

4.1.1. Saldo Orçamentário^{1/}

O Estado do Acre tem o Saldo em Conta Corrente positivo em 1968 e 1969, sendo que em 1968 este Saldo foi significativo em termos de Receita, 25,1%. Em 1970 verificou-se Saldo em Conta Corrente negativo, mas de pequena proporção (5,3%). Por outro lado, a Conta Capital apresentou-se deficitária apenas em 1969. O montante deste déficit no entanto, foi superior ao resultado das transações correntes, de forma que, a partir deste ano o Saldo Orçamentário tornou-se também deficitário. Já no ano seguinte, a permanência do Déficit Orçamentário se deveu, contudo, ao sentido negativo do Saldo em Conta Corrente ocorrendo, inclusive, uma transferência de recursos de Capital para fazer face às transações Correntes.

4.1.2. Saldo Orçamentário Efetivo^{2/}

No período 1968/72 não houve Operações de Crédito, mantendo-se o Saldo Orçamentário Efetivo igual ao Saldo Orçamentário. O quadro a seguir especifica a proporção entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita.^{3/}

1/ Saldo Orçamentário = Receita - Despesa (Tabela AC - 4.1).
2/ Saldo Orçamentário Efetivo = Saldo Orçamentário - Operações de Crédito (Tabela AC - 4.1).
3/ Sinal (-) corresponde a Déficit, e sinal (+) corresponde a Superavit.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (%)	+25,5	-4,1	-2,6	-	-

Pode-se concluir que a evolução do Saldo Orçamentário Efetivo, em termos de Receita, é decrescente no período 68/69 ascendendo de maneira pouco pronunciada a seguir.

O comportamento do Saldo Orçamentário Efetivo do Acre é mais satisfatório que o da média regional.^{1/} É o que pode ser concluído do quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (Norte) (%) :	+8,3	-8,3	-3,5
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (AC) (%) :	+25,5	-2,6	-

O gráfico XIV* apresenta a relação entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita para os Estados da Região Norte.^{2/} Observa-se que o Acre segue tendência geral da Região e conserva uma das menores relações de Saldo Orçamentário Efetivo/Receita.

4.2. Financiamento das Despesas de Capital

Comparando-se o Saldo em Conta Corrente (SCC) com a Receita Total (RT)^{3/}, tem-se uma medida da Poupança do Governo, que para o Estado do Acre, no sub-período 68/70 guardam média^{4/} de 8,0%, em que pese a tendência declinante nos valores dos coeficientes apurados e o resultado negativo verificado em 1970, como se observa no quadro abaixo. Já nos anos de estimativas orçamentárias (71/72) a Poupança Corrente do Governo apresenta-se com uma ponderação pouco significativa.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
(SCC/RT) (100,0)	+25,1	+4,5	-5,3	0,0	+0,9

^{1/} Tabela BR - 4.1

^{2/} Tabela AC - 4.2

^{3/} Tabela AC - 4.2

^{4/} Média simples das percentagens apresentadas no quadro SCC/RT.

(*) Volume 4.

Os valores observados foram suficientes para cobrir em média^{1/} 17,6% das Despesas de Capital (DK) realizadas no primeiro sub-período, seguindo a mesma tendência referida. Ressalte-se que o resultado negativo verificado em 1970 repercutiu no Total das aplicações de Capital, que teve seu valor absoluto reduzido naquele ano, em virtude da necessidade de se transferir recursos de Capital para cobrir parte das transações correntes. Os recursos transferidos possibilitaram a elevação das Despesas de Capital em cêrca de 15,7%, como se depreende do quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
(SCC/DK) (100,0)	58,6	9,9	-15,7	0,0	2,4

Considerando todo o período tem-se que a Poupança do Acre foi bastante para financiar apenas 10,1% das Despesas de Capital - (média simples dos indicadores acima).

O baixo nível de poupança e a não realização de Operações de crédito no período considerado, reforçam a importância da Receita de Capital Efetiva (Receita de Capital-Operações de Crédito) como fonte de recursos financeiros para a realização das Despesas de Capital. A contribuição dessa fonte foi da ordem de 98%, como se pode verificar na Tabela AC - 4.3. Em alguns anos (1968, 1970 e 1971) esta rubrica sōzinha seria suficiente para cobrir a totalidade dos gastos realizados e previstos, não se verificando maiores divergências entre as percentagens calculadas com base nos dados observados e estimados. Contudo, o fato de a Receita de Capital Efetiva constituir parcela substancial no financiamento do Estado não significa que a referida Receita seja derivada de recursos próprios do Estado, visto ser as Transferências de Capital (TK) a única fonte de recursos da Categoria. A importância das Transferências e ou das Receitas de Capital acha-se sintetizada na relação abaixo:^{2/}

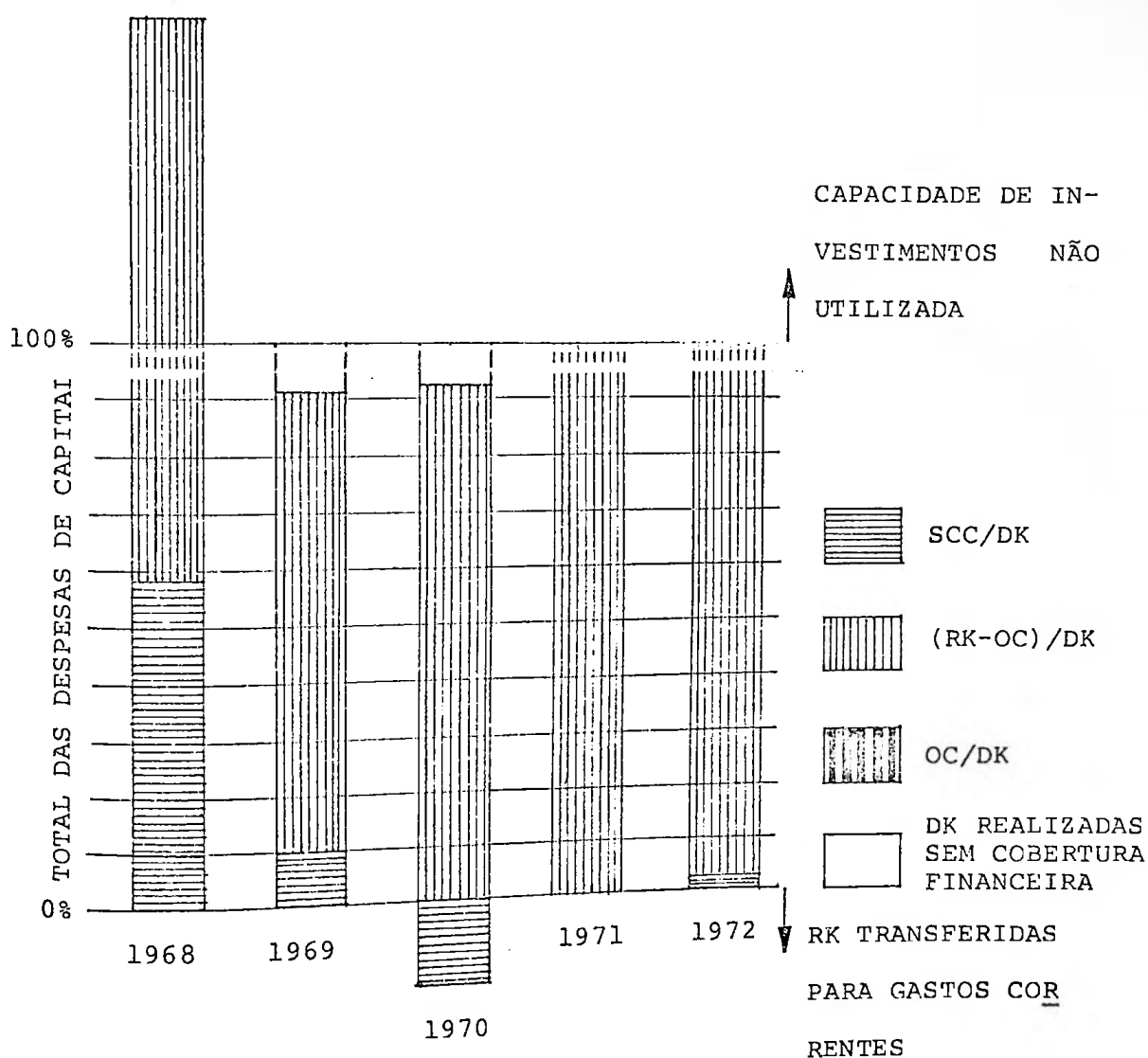
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
(TK/DK) (100,0)	100,9	81,1	108,1	100,0	97,6

1/ Média simples das percentagens apresentadas no quadro SCC/DK

2/ Tabelas AC - 2.1 e 3.1

Dessa forma a capacidade de investimento do Acre é fundamentalmente dependente dos recursos transferidos pela União, uma vez que a poupança interna, além de ser apresentar relativamente baixa, vem perdendo posição no decorrer do período.

A participação das diversas variáveis de financiamento das Despesas de Capital são mostradas no gráfico abaixo:



5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO ACRE

A Dívida do Acre é constituída apenas de Dívida Flutuante, não havendo Dívida Fundada Externa.

Em relação à Receita, a Dívida tem evoluído favoravelmente, diminuindo a proporção, como mostra o quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita (%)	15,1	13,4	12,9
Dívida/Receitas Próprias (%)	97,5	123,2	120,6

O Serviço da Dívida, ou sejam, Amortizações, aparece no orçamento de 1969 com pequeno montante, de diminuta proporção em relação a Receita.

O gráfico XVI, apresentado no Anexo I do Vol. 4, apresenta a Dívida em relação à Receita dos Estados nortistas, da Região Norte, e do Conjunto dos Estados do País. O Acre se apresenta, em 1970 e 1972, numa posição relativa intermediária entre os demais Estados da Região, após ter estado na posição extrema em 1968, com a maior proporção de Dívida em termos relativos à Receita.

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTADO DO ACRE

1. Notas Taquigráficas do Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Brasília 15 a 17/12/71.
2. Revista de Finanças Públicas - C.T.E.F. - Ministério da Fazenda - volumes 290/301 (1969/1970).
3. Lei nº 396-A, de 27 de novembro de 1970. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1.971. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco,
4. Lei nº 460, de 30 de novembro de 1.971. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1.972. Diário Oficial de 30.11.71.
5. Programa de ação trienal do Estado do Acre - Período 1972/74 - Secretaria de Planejamento e Coordenação. Rio Branco, novembro de 1971. 63 f.

F - ANEXOS

ANEXO I - O PLANEJAMENTO ESTADUAL

- PLANEJAMENTO ESTADUAL DO ACRE

1- Antecedentes

1.1. O Estado do Acre foi elevado à categoria de Estado pela lei nº 4070 no ano de 1962. Até então, como território Federal, tinha a orientação de seu desenvolvimento a cargo da administração federal, não possuindo pois uma estrutura de planejamento próprio.

Com a sua elevação a categoria de Estado, houve a absorção dos antigos funcionários da União que prestavam serviços naquela área do país, sem contudo houvesse a montagem de uma sistemática de Planejamento Estadual. Durante toda a década de sessenta o novel Estado foi administrado rotineiramente. Mais recentemente com a criação da Secretaria do Planejamento e Coordenação, procura-se montar uma estrutura técnico administrativa básica para o Planejamento Estadual.

1.2. a 1.5. O atual Programa de Ação Trienal do Governo do Estado do Acre 1972/74 se constitui na primeira tentativa de plano no Estado.

2- Estrutura Organizacional e Funcional.

2.1. a 2.5. A estrutura é bastante simples se corporificando na Secretaria de Planejamento e Coordenação. Essa Secretaria por não dispor de técnicos em número suficiente se apoia nos órgãos setoriais - demais secretarias, DER-ACRE, ACAR-ACRE, ELETROACRE etc - para a formulação dos planos gerais e Setoriais de Desenvolvimento, atuando a Secretaria mais como órgão de Coordenação e Compatibilização dos Programas Setoriais.

3- Quadro atual de Planejamento.

3.1. O primeiro produto da nova estrutura de planejamento é o atual "Programa de Ação Trienal do Governo do Estado do Acre-Período 1972/74" recém elaborado. Como o próprio título indica não se trata de um Plano de Desenvolvimento mas sim de um Programa de Ações e Medidas, onde são identificadas alguns investimentos prioritários. Tecnicamente poderíamos considerá-lo como uma listagem de preocupações do governo atual, preocupações estas que se ressaltam em alguns projetos e medidas consideradas prioritárias.

O "Programa de Governo do Acre" apresenta como justificativas das medidas a serem propostas para o desenvolvimento do Estado um diagnóstico sintético-setorial da economia acreana. Observa-se que não há diagnóstico global da economia estadual, apenas alguns dados na parte setorial mostram a problemática estadual. Algumas observações são feitas considerando inclusive o documento,

apresentado pelo Secretário.

A análise na economia do Acre só pode ser entendida dentro do contexto maior da Macro-região em que ele se insere, a Região Amazônica, e aquela contígua, com a qual o Estado mantém grandes laços econômicos e sociais, a região Centro Oeste. Isto implica em que o planejamento estadual deva ser um trabalho de intercompreensão e de cooperação no melhor sentido regional e nacional, repousando e dependendo pois, o Estado não só do seu esforço próprio como das entidades federais e regionais de promoção ao desenvolvimento.

Quanto a compreensão estrutural-setorial da economia Acreana a análise do programa a descreve como uma economia altamente dependente do setor primário, onde se destaca o extrativismo, sobressaindo-se a extração da borracha com mais de 50% do setor. Como o extrativismo está em um processo de estagnação toda a economia sofre as consequências desse processo.

A população rarefeita e dispersa, dificulta as atividades de educação e saúde.

Quanto a infraestrutura sócio-econômica se salienta o seguinte: sistema viário deficiente com uma infraestrutura rodoviária incipiente que mal se coaduna com as vias fluviais, sendo nestas a navegabilidade temporária devido às secas dos rios e assoreamento dos mesmos; a infraestrutura energética e o saneamento básico apresentam grandes deficiências que devem ser corrigidas no futuro próximo, havendo também uma aguda necessidade de desenvolver os recursos humanos através de uma ampliação dos programas de educação e cultura.

3.2. O documento, sendo um apanhado de programas setoriais, não apresenta considerações globais. Dessa forma não se definem objetivos globais assim como não se delineia uma estratégia geral.

3.3. Para cada setor é apresentado um breve diagnóstico. A partir desse diagnóstico traçam-se os objetivos preconizados. A seguir relacionam-se as ações do governo desdobradas em medidas a serem tomadas e instrumentos de ação. Há uma certa confusão entre objetivos e medidas a serem tomadas que, em conjunto, nada mais seriam que as metas setoriais visadas. Como instrumentos de ação listam-se órgãos participantes. A estratégia setorial contida no documento compreende apenas essas relações. Para os setores considerados temos as seguintes metas setoriais:

ADMINISTRAÇÃO GERAL

- Construção de prédios para a máquina administrativa.
- Implantação da reforma administrativa no Estado.
- Aumento do Capital social do Banco do Estado.

AGROPECUÁRIA

Objetivos:

- Aumento da produtividade e produção do setor
- Melhoria do nível de vida da família rural
- Diversificação das atividades rurais, visando ao pleno abastecimento da população
- Expansão da fronteira agrícola
- Titulação de terras de forma a propiciar condições que habilitem os produtores a obter financiamentos.

Ações do Governo

- a) Intensificação da assistência técnico-financeiro dos produtores rurais.
- b) Promoção de cursos destinados a intensificar a utilização da tecnologia moderna
- c) Implantação de infra-estrutura de comercialização, de modo a assegurar preços mínimos aos produtos agrícolas.
- d) Estímulos à organização de cooperativas agropecuárias.
- e) Difusão do sistema de crédito rural, inclusive com juros e prazos adequados às características específicas dos projetos agropecuários.
- f) Apoio à pesquisa e experimentação.
- g) Reivindicação de nova política para borracha, consentânea com os objetivos de povoamento dos espaços vazios, com a realidade social dos seringais e a necessidade de adequado amparo aos produtores.

COMÉRCIO

- Melhoria do sistema de comercialização

DEFESA E SEGURANÇA

- Proporcionar à população a oferta de um serviço eficiente que venha permitir a manutenção da paz social e a tranquilidade pública.

DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

- Concluir dois núcleos habitacionais com 620 casas na Capital.
- Propiciar moradias acessíveis e condignas à grande faixa da população com baixo poder aquisitivo.

EDUCAÇÃO

Ações do Governo

a) Medidas a serem tomadas:

- Reestruturação Administrativa da Secretaria de Educação e Cultura e dos Conselhos Estaduais de Educação e Cultura.
- Organização do sistema educacional do Estado.
- Elaboração de Programas Mínimos do Ensino e adequados à realidade do mercado de trabalho e à reforma do Ensino.
- Promoção de Cursos, em ambiente apropriado, para treinamento e aperfeiçoamento do magistério leigo.
- Eliminação de capacidade ociosa, através de rodízios de folga semanal e de períodos de férias escolares.
- Melhoramento da rede escolar, quanto à instalação, equipamento, aparelhamento e manutenção.
- Ação de política salarial compatível.
- Assistência médica, alimentar, pedagógica e material ao educando.
- Erradicação do analfabetismo.
- Implantação do ensino técnico profissional.
- Ampliação e construção de escolas.
- Implantação de programas através de métodos de educação de massa (rádios e televisão, cinema educativo).

- Construção de unidades culturais em todas as sedes municipais.
 - Construção da Escola de Música
 - Intensificação das atividades de educação física e melhoria dos ambientes adequados a estas atividades.
 - Criação de ambiente adequado à recreação pública.
 - Estudo do folclore acreano e elaboração de publicações culturais e informativas, como meios de divulgação do Estado.
- b) Instrumentos de ação:
- Secretaria de Estado de Educação e Cultura.
 - Ministério de Educação e Cultura (FNDE, DEF, PIPMO, PREMEM, SENAFOR, Conselho Federal de Cultura, SRDE, INL, SNT, CNAE, FERNAME, etc).
 - SENAI.
 - Universidade do Acre.
 - Projeto RONDON.
 - Acar-Acre.
 - Secretaria de Agricultura.
 - Secretaria de Obras.
 - Secretaria de Saúde.
 - Prefeitura Municipal.
 - L.B.A.
 - SUDAM.
 - MOBRAL.
 - Comando Militar da Amazônia.

ENERGIA

Objetivos:

- a) Conclusão da Usina Dieselétrica da cidade de Rio Branco, com capacidade instalada de 7.500 KVA;
- b) Conclusão da Usina Dieselétrica de Cruzeiro do Sul, com capacidade instalada de 750 KVA;
- c) Instalação da terceira unidade de Usinas Locomóveis estacionárias nos Municípios de Feijó, Xapuri, Tarauacá, Sena Madureira e Brasiléia, com capacidade de 150 KVA cada uma, totalizando assim 450 KVA, em cada município;
- d) Ampliar as rêsdes de distribuição em todos os municípios acima citados;
- e) Levar a eletrificação às vilas de maior densidade demográfica.

INDÚSTRIA

- Criar condições para a expansão do turismo no Estado.

SANEAMENTO

- Expansão do fornecimento de água à capital
- Implantação na capital e municípios de sistemas de esgotos sanitários e estação de tratamento.

SAÚDE

Objetivos:

- Melhoria da eficiência de funcionamento da rêsde hospitalar.
- Diversificação da rêsde especializada.
- Ampliação, equipamento e reequipamento da rêsde existente
- Melhor preparo do pessoal auxiliar.

- Interiorização da assistência médica.
- Erradicação de doenças transmissíveis.
- Formação de corpo clínico especializado na Capital
- Assistência ao Menor
- Instalação de laboratórios especializados.

Ações do Governo:

Medidas a serem tomadas:

- Maior entrosamento com órgãos federais, municipais e privados.
- Promoção de cursos de treinamento de pessoal auxiliar.
- Importação e distribuição de profissionais segundo as necessidades locais.
- Campanhas educativas e de vacinação.
- Construção e ampliação de novas unidades.
- Assinatura de convênios com entidades nacionais ou internacionais, visando à interiorização dos serviços de assistência médica.
- Aquisição de equipamento cirúrgico e hospitalar.
- Tratamento adequado aos problemas do menor desamparado

TRANSPORTES

Dar ênfase aos trabalhos nas rodovias que, a curto prazo, tem maior importância para a economia estadual, ou, como vias de penetração, venham a exercer função relevante no processo de povoamento e ocupação da área.

3.3.2 A prioridade setorial pode ser observada através dos volumes de investimentos dedicados a cada setor, conforme o quadro a seguir:

	(milhões de Cr\$)	%
ATIVIDADE MEIO	12,4	<u>4,8</u>
Administração Geral	8,2	3,2
Defesa e Segurança	4,2	1,6
- INFRA ESTRUTURA SOCIAL	114,2	<u>44,2</u>
Educação e Cultura	33,2	12,8
Saúde	7,6	3,0
Saneamento	70,0	27,1
Des. Urbano e Habitação	3,4	1,3
- INFRA ESTRUTURA FÍSICA	82,9	<u>32,0</u>
Energia	26,0	10,0
Transportes	56,9	22,0
- SETORES PRODUTIVOS	49,0	<u>19,0</u>
Agricultura e Abastecimento	29,8	11,5
Comércio	5,3	2,0
Indústria e Turismo	1,3	0,5
Incentivos ao desenvol.estadual	12,6	5,0
T O T A L	258,5	100,0

O quadro acima mostra que do total dos investimentos em projetos, a infraestrutura social recebeu mais de 44%, sendo que só o setor saneamento recebeu 27%. A concentração dos investimentos globais em projetos no setor saneamento não implica, a primeira vista uma orientação "Sponte sua" do Governo nesse setor mas sim condicionamentos financeiros, já que como mostra a Tabela I anexa, para o total dos investimentos em projetos de Saneamento de Cr\$ 70 milhões, o Estado só participará através de recursos orçamentários com Cr\$ 2,5 milhões ou seja menos 4% do total dos dispêndios.

A facilidade de financiamento extra orçamentário foi pois o determinante básico que orientou essa alta concentração dos recursos em projetos do Setor de Saneamento.

3.4 Sendo o programa de ação um apanhado dos programas setoriais, sem preocupação com aspectos globais, não há menção sobre os instrumentos a serem utilizados para a realização do Plano.

3.5 O Programa de Governo apresenta, por setores, a lista dos projetos que serão contemplados até 1974. Para cada projeto, ao lado do investimento total apresenta-se justificativa e características principais. A listagem é exaustiva não oferecendo critérios de prioridade.

Em anexo segue uma relação completa dos projetos contemplados com as aplicações ano a ano e por origem dos recursos.

3.6 A única menção a esquemas financeiros do Programa de Ação Trienal é apresentada no Anexo, referindo-se às aplicações por projetos segundo à origem dos recursos orçamentários ou extra orçamentários. No documento não há especificações sobre os critérios utilizados nas projeções, a moeda corrente ou constante, a origem dos recursos extra-orçamentários, ou quaisquer outras que permitam melhor análise.

Uma observação que se depreende do quadro Anexo I é a alta dependência dos investimentos em fundos de origem extra-orçamentária, que atingem, aproximadamente, 48% do total. A falta de especificações não permite concluir se isto acarretará uma pequena probabilidade de realização do programa de investimentos ou se implicará em endividamento externo crescente.

PROGRAMA DE AÇÃO TRIENAL - 1972 / 1974 - Projetos Prioritários

	RECURSOS				APLICAÇÃO				Anos Seguintes	
	Total do Projeto ou Atividade	Orçamen- tários	Extra Or- çamentários	Até 1971	Orçamen- tários	Extra Or- çamentários	Orçamen- tários	Orçamen- tários		
ADMINISTRAÇÃO GERAL										
Construção do prédio da Assembleia Legislativa — Rio Branco...	1.000.000	1.000.000			500.000		500.000			
Construção do prédio do Fórum — Rio Branco	4.400.000	4.400.000		1.400.000	1.500.000		1.500.000			
Construção de Residências para o Governador e Assessoria Técnica — Rio Branco	2.140.000	100.000	2.040.000		100.000	2.040.000				
Ampliação do Palácio do Governo — Rio Branco	300.000	300.000			300.000					
Implantação da Reforma Administrativa	400.000	200.000	200.000		200.000	200.000				
APLICAÇÃO TOTAL EM PROJETOS DO SETOR	8.240.000	6.000.000	2.240.000	1.400.000	2.600.000	2.240.000	2.000.000			
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES										
Assembleia Legislativa	5.380.806	5.380.806			1.549.806		1.782.000			2.049.000
Auditoria Geral de Contas	902.669	902.669			269.669		299.000			344.000
Cabinete do Governador	4.520.707	4.520.707			1.301.707		1.497.000			1.722.000
Cabinete do Vice Governador	325.800	325.800			93.800		108.000			124.000
Ministério Público	1.763.563	1.763.563			507.563		584.000			672.000
Assessoria Parlamentar de Brasília	268.296	268.296			77.296		89.000			102.000
Representação do Governo em Belém	389.428	389.428			112.428		129.000			148.000
Representação do Governo na Guanabara	625.746	625.746			180.746		207.000			238.000
Representação do Governo em Manaus	770.380	770.380			222.380		255.000			293.000
Representação do Governo em São Paulo	118.120	118.120			34.120		39.000			45.000
Secretaria de Administração	5.275.356	5.275.356			1.519.356		1.747.000			2.009.000
— Pessoal do ex-Território Federal do Acre	95.146.000	95.146.000			27.400.000		31.510.000			36.236.000
Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio	1.880.794	1.880.794			541.794		623.000			716.000
Secretaria de Educação e Cultura	338.800	338.800			97.800		112.000			129.000
Secretaria da Fazenda	10.022.380	10.022.380			2.886.380		3.319.000			3.817.000
— Participação dos Municípios no ICM	8.379.065	8.379.065			2.579.065		2.800.000			3.000.000
Secretaria das Obras e Serviços Públicos	4.577.304	4.577.304			1.318.304		1.516.000			1.743.000
Secretaria do Planejamento e Coordenação	2.315.905	2.315.905			666.905		767.000			882.000
— Reserva de Contingência	4.632.405	4.632.405			1.334.405		1.534.000			1.764.000
Secretaria de Saúde	250.000	250.000			72.000		83.000			95.000
Secretaria de Segurança Pública	377.500	377.500			108.500		125.000			144.000
Tribunal de Justiça	7.582.346	7.582.346			2.183.346		2.511.000			2.888.000
APLICAÇÃO TOTAL NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES 155.843.370	155.843.370	155.843.370			45.047.370		51.636.000			59.160.000
APLICAÇÃO TOTAL NO SETOR	164.083.370	161.843.370	2.240.000	1.400.000	47.647.370	2.240.000	53.636.000			59.160.000

PROGRAMA DE AÇÃO TRIENAL - 1972 / 1974 - Projetos Prioritários

P R O G R A M A S

PROJETOS / ATIVIDADES

R E C U R S O S

A P L I C A Ç Õ E S
1 9 7 2 1 9 7 3 1 9 7 4
R E C U R S O S

Projeto ou Atividade	Total do Projeto ou Atividade	Orçamen- tários	Extra Or- çamentários	Até 1971	Orçamen- tários			Extra Or- çamentários	Orçamen- tários	Extra Or- çamentários	Orçamen- tários	Extra Or- çamentários	Anos Seguintes
					Orçamen- tários	Extra Or- çamentários	Orçamen- tários						
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO													
— Implantação de Sistemas de Armazens e Silos	2.755.753	2.306.000	449.753	326.000	650.000	449.753		630.000			700.000		
— Formação de Patrulhas Mecanizadas	4.971.000	4.971.000		1.191.000	720.000			1.310.000			1.750.000		
— Instalação e Equipamento de Laboratório de Soil Test — Rio Branco	78.400	78.400		10.000	50.000	18.400							
— Construção e Equipamento de Laboratório Médico-Veteriná- rio — Rio Branco	163.400	163.400		55.000	62.000	46.400							
— Construção da Fazenda Moulão — R. Branco	406.000	406.000		75.983	115.000			70.000			145.017		
— Aquisição de Armazém para Sec. de Agricultura — Rio Branco	745.880	745.880		395.880	350.000								
— Construção de Merendos nos Municípios	600.000	600.000									600.000		
— Fertilização de Poços Artesianos — R. Branco	800.000	800.000			100.000			300.000			400.000		
— Construção e Equipamento de Usina de Beneficiamento de Ce- reais — Rio Branco	440.000	440.000			250.000						70.000		
— Construção de Pósto de Inseminação Artificial — Rio Branco ..	230.000	230.000						170.000			60.000		
— Instalação de Fábrica de Ração — R. Branco	199.238	140.000	59.238		70.000	59.238		30.000			40.000		
— Desenvolvimento da Psicologia — R. Branco	200.000	200.000			100.000			100.000					
— Construção, Equipamento e Recuperação de Núcleos Me- canizados nos Municípios	784.832	575.000	209.832		170.000			170.000			235.000		
— Cultura de Plantas Industriais	1.700.000	356.000	1.350.000		90.000	450.000		110.000		450.000	150.000		450.000
— Construção de Parques para Exposição Agropecuária — Rio Branco e Cruzeiro do Sul	560.000	280.000	280.000		140.000	140.000		140.000		140.000			
— Plantio de Seringueira	5.301.550	463.150	4.838.400					213.150		2.419.200	250.000		2.419.200
— Construção de Casas da Agricultura nos Municípios	500.000	500.000			120.000			160.000			220.000		
— Serviço de Extensão Rural	8.925.990	8.925.990		1.632.990	2.123.000			2.431.000			2.739.000		
— Construção de Armazens para Cooperativas	432.000	187.000	245.000	107.000		110.000		50.000		45.000	70.000		50.000
APLICAÇÃO TOTAL EM PROJETOS NO SETOR	29.794.043	22.361.820	7.432.200	4.003.685	5.110.000	1.273.791		6.004.150		3.054.200	7.429.017		2.919.200
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NO SETOR	1.766.736	1.766.736			508.736			585.000			673.000		
TOTAL DAS APLICAÇÕES NO SETOR	31.560.779	24.128.556	7.432.200	4.003.685	5.618.736	1.273.791		6.589.150		3.054.200	8.102.017		2.919.200
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA													
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NO SETOR	787.636	787.636			226.636			261.000			300.000		
COLONIZAÇÃO													
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NO SETOR	57.800	57.800			16.800			19.000			22.000		

PROGRAMA DE AÇÃO TRIENAL - 1972 / 1974 - Projetos Prioritários

PROGRAMAS

PROJETOS / ATIVIDADES

RECURSOS

1 9 7 2 1 9 7 3 1 9 7 4

R E C U R S O S

Total do Projeto ou Atividade	Orçamentos	Extr. Orçamentos	Até 1971	Orçamentos	Extra Orçamentos	Orçamentos	Extra Orçamentos	Anos Seguintes
COMÉRCIO								
— Construção do Centro Comercial — Rio Branco	5.000.000	1.500.000	—	—	—	600.000	2.000.000	900.000
— Aplicação Total em Projetos no Setor	5.000.000	1.500.000	—	—	—	600.000	2.000.000	900.000
— Manutenção das Atividades no Setor	305.240	—	—	88.240	101.000	—	116.000	—
Aplicação total no Setor	5.305.240	1.500.000	—	88.240	1.601.000	600.000	2.116.000	900.000
COMUNICAÇÕES								
— Manutenção das Atividades no Setor	193.820	—	—	55.820	64.000	—	74.000	—
DEFESA E SEGURANÇA								
— Equipamento do Serviço de Rádio e Comunicações	500.000	—	—	500.000	—	—	—	—
— Construção do Prédio da Central de Polícia de Rio Branco	700.000	—	—	300.000	400.000	—	—	—
— Reparcelhamento dos Serviços de Segurança das Fronteiras	135.500	—	—	135.500	—	—	—	—
— Construção do Pavilhão Agrícola da Colônia Penal — Rio Branco	400.000	—	—	100.000	300.000	—	1.000.000	—
— Construção do Quartel da Guarda Estadual — Rio Branco	1.500.000	—	—	1.500.000	—	—	—	—
— Construção de Postos Policiais	100.000	—	—	100.000	—	—	50.000	—
— Construção de Cadeias Públicas e Delegacias nos Municípios	600.000	—	—	100.000	200.000	—	300.000	—
— Treinamento de Pessoal da Segurança Pública	100.000	—	—	100.000	—	—	—	—
— Obras de Recuperação e Ampliação da Colônia Penal — Rio Branco	125.000	—	—	125.000	—	—	—	—
Aplicação Total em Projetos no Setor	4.160.500	—	—	1.360.500	1.450.000	—	1.350.000	—
Manutenção das Atividades no Setor	4.282.537	—	—	1.233.537	1.418.000	—	1.631.000	—
Aplicação Total no Setor	8.443.037	—	—	2.594.037	2.868.000	—	2.981.000	—

PROGRAMA DE AÇÃO TRIENAL - 1972 / 1974 - Projetos Prioritários

A P L I C A Ç Õ E S
1 9 7 2 1 9 7 3 1 9 7 4
R E C U R S O S

P R O G R A M A S

PROJETOS / ATIVIDADES

R E C U R S O S

Total do Projeto ou Atividade	Orçame- ntários	Ex tra Or- çame-ntários	Até 1971	Orçame- ntários	Extra Or- çame-ntários	Orçame- ntários	Extra Or- çame-ntários	Orçame- ntários	Extra Or- çame-ntários	Anos Seguintes
— Construção de Residências para Médicos no Interior	800.000			47.720	200.000	400.000		400.000		
— Ampliação do Hospital de Clínicas — Rio Branco	800.000		67.830			400.000		400.000		
— Curso de Formação de Auxiliar de Enfermagem	315.550	315.550			200.000					
Aplicação Total em Projetos do Setor	7.597.100	6.909.600	247.380	2.399.720	200.000	2.500.000	325.000	1.762.500	162.500	
Manutenção das Atividades no Setor	19.871.564	19.871.564		5.722.564		6.581.000		7.568.000		
Aplicação Total no Setor	27.468.664	26.781.164	247.380	8.122.284	200.000	9.081.000	325.000	9.330.500	162.500	
b) — SANFAMENTO										
— Sistema de Abastecimento e Estação de Tratamento D'água — Rio Branco	20.000.000	2.420.024	2.720.024		3.620.000		5.000.000		6.000.000	2.659.976
— Sistema de Esgotos Sanitários e Estação de Tratamento — Rio Branco	15.000.000	100.000	200.000		2.000.000		3.000.000		4.000.000	5.800.000
— Rede de Águas Pluviais — R. Branco	25.000.000		25.000.000		2.000.000		4.000.000		6.000.000	13.000.000
— Sistema de Abastecimento e Estação de Tratamento D'água nos Municípios do Interior	6.000.000		6.000.000				2.000.000		4.000.000	
— Rede de Esotos e Estação de Tratamento nos Municípios do Interior	4.000.000		4.000.000				1.000.000		3.000.000	
Aplicação Total em Projetos no Setor	70.000.000	2.520.024	2.920.024		7.620.000		1.500.000		23.000.000	21.459.976
Manutenção das Atividades no Setor	383.000	383.000		110.000		127.000		146.000		
Aplicação Total no Setor	70.383.000	2.903.024	2.920.024	110.000	7.620.000	127.000	15.000.000	146.000	23.000.000	21.459.976

PROGRAMA DE AÇÃO TRIENAL - 1972 / 1974 - Projetos Prioritários

P R O G R A M A S
R E C U R S O S
A Y L I C A C Ó E S
1 9 7 2 1 9 7 3 1 9 7 4

PROJETOS / ATIVIDADES	Total do Projeto ou Atividade	Orçamen- tários	Ext a Or- çamentários	Até 1971	Orçamen- tários	Extra Or- çamentários	Orçamen- tários	Extra Or- çamentários	Orçamen- tários	Extra Or- çamentários	Anos Seguintes	
												Orçamen- tários
TRANSPORTES												
-- Estudos e Projetos de 716 km	895.000	895.000		132.500	125.000		262.500		375.000			
-- Serviços Preliminares de 460 km	2.300.000	2.300.000			850.000		650.000		800.000			
-- Terraplenagem e Obras D'Arte em 460 km	11.500.000	11.500.000			3.500.000		2.750.000		5.250.000			
-- Pavimentação Primária em 460 km	2.500.000	2.500.000		25.000	675.000		550.000		1.650.000			
-- Capta de Rolamento em 200 km	10.200.000	9.989.900	210.100		1.739.900	210.100	4.150.000		4.100.000			
-- Estradas Vicinais	17.887.250	3.887.250	14.000.000	1.300.000		3.000.000	1.222.500	5.000.000	1.364.750	6.000.000		
-- Equipamento Rodoviário	6.000.000		6.000.000		2.000.000		2.000.000		2.000.000		2.000.000	
-- Estação Rodoviária de Rio Branco, Xapuri, Brasília e Senna Madureira	830.000	830.000		30.000	400.000		200.000		200.000			
-- Construção do Porto e Cais de Rio Branco	5.000.000	5.000.000					2.000.000		3.000.000			
Aplicação Total em Projeto no Setor	56.912.250	36.702.150	20.211.110	1.487.500	7.289.900	5.210.100	11.785.000	7.000.000	16.139.750	8.000.000		
Maintenance das Atividades no Setor	1.898.860	1.898.860			546.860		629.000		723.000			
Total das Aplicações no Setor	58.811.110	38.601.010	20.211.110	1.487.500	7.836.760	5.210.100	12.414.000	7.000.000	16.862.750	8.000.000		
R E S U M O												
-- TOTAL APLICAÇÕES EM PROJETOS	258.188.859	134.662.127	123.527.72	33.141.152	29.964.756	21.372.126	36.120.150	30.559.766	45.108.667	9.462.266	21.459.976	
-- TOTAL APLICAÇÕES EM ATIVIDADES	210.784.069	210.784.069			60.869.069		69.831.000		80.084.000			
-- TOTAL GERAL DAS APLICAÇÕES	468.972.928	345.446.196	123.527.72	33.141.152	90.833.825	21.372.126	105.951.150	30.559.766	125.192.667	9.462.266	21.459.976	
-- DESPESA COM PESSOAL DO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE												
DERAL DO ACRE	95.146.000	95.146.000			27.400.000		31.510.000		36.236.000			
TOTAL GERAL APLICAÇÕES A CARGO DO ESTADO	373.826.928	250.300.196	123.527.72	33.141.152	63.433.825	21.372.126	74.441.150	30.559.766	88.956.667	9.462.266	21.459.976	

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$ milhões correntes

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	14,7	56,8	11,2	43,2	25,9	100,0	8,2	42,5	11,1	57,5	19,3	100,0
1 9 6 9	32,5	63,2	18,9	36,8	51,4	100,0	30,2	56,4	23,3	43,6	53,5	100,0
1 9 7 0	37,4	63,6	21,4	36,4	58,8	100,0	40,5	67,2	19,8	32,8	60,3	100,0
1 9 7 1	45,1	62,1	27,5	37,9	72,6	100,0	45,1	62,1	27,5	37,9	72,6	100,0
1 9 7 2	59,0	64,8	32,1	35,2	91,1	100,0	58,2	63,9	32,9	36,1	91,1	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	62,1	-	37,9	-	100,0	-	58,4	-	41,6	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (*) - Média simples

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
	1 9 6 8	28,8	22,0	50,8	16,0	21,8
1 9 6 9	52,8	30,8	83,6	49,1	37,9	87,0
1 9 7 0	50,7	29,0	79,7	55,0	26,9	81,9
1 9 7 1	50,4	30,8	81,2	50,4	30,8	81,2
1 9 7 2	59,0	32,1	91,1	58,2	32,9	91,1

FONTE: Tabela 1.1

(*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflação de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1 9 6 8	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1 9 6 9	183	+83,0	140	+40,0	165	-65,0	307	+207,0	174	+74,0	230	+130,0
1 9 7 0	176	- 3,8	132	- 5,7	157	- 4,8	344	+12,1	123	-29,3	217	- 5,7
1 9 7 1	175	- 0,6	140	+ 6,1	160	- 1,9	315	- 8,4	141	-14,6	215	- 0,9
1 9 7 2	205	+17,1	146	+ 4,3	179	-11,9	364	+ 15,6	151	+ 7,1	247	+ 12,1

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

A N O	RECEITA		R E C E I T A S P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S							
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		C A P I T A L		T O T A L	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	25,9	100,0	3,5	13,5	-	-	0,5	1,9	4,0	15,4	10,7	41,3	11,2	43,3	21,9	84,6
1969	51,4	100,0	4,6	9,0	-	-	1,0	1,9	5,6	10,9	26,9	52,3	18,9	36,8	45,8	89,1
1970	52,8	100,0	4,3	7,3	-	-	2,0	3,4	6,3	10,7	31,1	52,9	21,4	36,4	52,5	89,3
1971	72,6	100,0	7,5	10,3	-	-	3,0	4,1	10,5	14,4	34,6	47,7	27,5	37,9	62,1	85,6
1972	91,1	100,0	10,0	11,0	-	-	3,6	3,9	13,6	14,9	45,4	49,8	32,1	35,3	77,5	85,1
MÉDIA(*) 68/72	-	100,0	-	10,3	-	-	-	3,0	-	13,3	-	48,8	-	37,9	-	86,7

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SECONDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972*

N O	RECEITA		R E C E I T A S				P R Ó P R I A S				T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		C A P I T A L		T O T A L	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
.968	50,8	-	6,8	-	-	-	1,0	-	7,9	-	21,0	-	22,0	-	43,0	-
.969	83,6	64,6	7,5	+8,7	-	+80,0	1,6	+80,0	9,1	+15,2	43,7	+108,1	30,7	+39,6	74,4	+73,0
.970	79,7	-4,7	5,8	-22,7	-	+68,8	2,7	+68,8	8,5	- 6,6	42,2	- 3,4	29,0	- 5,5	71,2	- 4,3
.971	81,2	1,9	8,4	+44,8	-	+25,9	3,4	+25,9	11,8	+38,8	38,7	- 8,3	30,8	+ 6,2	69,5	- 2,4
.972	91,1	12,2	10,0	+19,1	-	+5,9	3,6	+5,9	13,6	+15,2	45,4	+17,3	32,1	+ 4,2	77,5	+11,5

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDA A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

A N O	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL D.S. TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	21,4	82,6	-	-	21,4	82,6	0,5	2,0	21,9	84,6
1969	14,7	28,6	7,5	14,6	22,2	43,2	23,6	45,9	45,8	89,1
1970	13,3	22,6	10,0	17,0	23,3	39,6	29,2	49,7	52,5	89,3
1971	16,4	22,6	13,3	18,3	29,7	40,9	32,4	44,6	62,1	85,5
1972	21,3	23,4	17,0	18,7	38,3	42,1	39,2	43,0	77,5	85,1
MÉDIA (*) 68/72	-	36,0	-	13,7	-	49,7	-	37,0	-	86,7

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (') A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	248,29	-	38,12	-	210,17	-
1969	392,86	+ 58,2	42,76	+12,2	350,09	+66,6
1970	365,60	- 6,9	39,00	- 8,8	327,06	- 6,6
1971	361,68	- 1,1	52,12	+33,6	309,58	- 5,3
1972	393,18	+ 8,7	58,70	+12,6	334,48	+ 8,0

FONTE: Tabela 2.2

(*) - População - Veja termos de referência do trabalho

DESPESAS

DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões correntes

A N O	D E S P E S A S											
	C O R R E N T E S						C A P I T A L					
	P E S S O A L			O U T R A S			S U B - T O T A L			T O T A L		
	VALOR	%		VALOR	%		VALOR	%		VALOR	%	
1968	4,2	21,8	4,0	20,7	8,2	42,5	11,1	57,5	19,3	100,0		
1969	24,7	46,2	5,5	10,2	30,2	56,4	23,3	43,6	53,5	100,0		
1970	34,4	57,0	6,1	10,2	40,5	67,2	19,8	32,8	60,3	100,0		
1971	31,9	43,9	13,2	18,2	45,1	62,1	27,5	37,9	72,6	100,0		
1972	38,6	42,4	19,6	21,5	58,2	63,9	32,9	36,1	91,1	100,0		
MÉDIA * 68/72	-	42,2	-	16,2	-	58,4	-	41,6	-	100,0		

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DESPESA

DEMONSTRATIVOS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (*)

A N O	D E S P E S A S		S U J - T O T A L	C A P I T A L	T O T A L
	C O R R E N T E S	E S T A B E L E C I M E N T O S			
	P E S S O A L	O U T R A S			
1968	8,2	7,9	16,1	21,8	37,9
1969	40,2	8,9	49,1	37,9	87,0
1970	46,7	8,3	55,0	26,9	81,9
1971	35,7	14,8	50,5	30,8	81,2
1972	38,6	19,6	58,2	32,9	91,1

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.

DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

A N O	FUNÇÕES																		TOTAL	
	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGROPECUÁRIOS		VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		VALOR	%		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%				
1968	6,4	33,2	1,7	8,8	4,6	23,8	-	-	2,6	13,5	1,1	5,7	2,9	15,0	-	-	19,3	100,0		
1969	26,7	49,9	1,8	3,4	14,9	27,8	-	5,5	10,3	0,7	1,3	3,9	7,3	-	-	53,5	100,0			
1970	34,6	57,4	2,8	4,7	10,9	18,1	-	3,7	6,1	1,1	1,8	7,2	11,9	-	-	60,3	100,0			
1971	36,5	50,3	5,0	6,9	10,6	14,6	0,1	0,0	13,8	1,7	2,3	8,4	11,6	0,3	0,4	72,6	100,0			
1972	48,7	53,4	8,0	8,8	10,9	12,0	1,5	1,3	12,4	2,1	2,3	8,6	9,4	0,2	0,2	91,1	100,0			
MÉDIA (*)	-	48,9	-	6,5	-	19,3	0,3	-	11,2	-	2,7	-	11,0	-	0,1	-	100,0			

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

AC
3.4

COMPORTEAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

E CAPITAL EM TERMINOS "PER CAPITA"

A N O	P E S S O A I,		C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	40,08	100	106,55	100	-
1969	188,90	471	178,10	167	+ 67,2
1970	214,22	534	123,39	116	- 30,5
1971	159,02	397	137,20	129	+ 11,2
1972	166,60	416	142,00	133	+ 3,1

FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DEFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DEFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTARIO C = A + B	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1 9 6 8	+ 6,5	+ 0,1	+ 6,6	-	+ 6,6
1 9 6 9	+ 2,3	- 4,4	- 2,1	-	- 2,1
1 9 7 0	3,1 - 5,6	+ 1,6	- 1,5	-	- 1,5
1 9 7 1	,0,0	0,0	0,0	-	0,0
1 9 7 2	+ 0,8	- 0,8	0,0	-	0,0

FONTE: Tabelas 1.1
2.7

AC
4.2

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	+ 25,1	+ 58,6	+ 25,5	+ 59,5
1 9 6 9	+ 4,5	+ 9,9	- 4,1	- 9,0
1 9 7 0	- 5,3	- 15,7	- 2,6	- 7,6
1 9 7 1	0,0	0,0	0,0	0,0
1 9 7 2	+ 0,9	+ 2,4	0,0	0,0
MÉDIA(*)/68/72	+ 5,0	+ 11,0	-	-

FONTE: Tabelas 1.1
4.1

NOTA: (*) - Média simples

FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	(SO/DK) (-1)	(OC / DK)	T O T A L
1968	+ 58,6	100,9	- 59,5	5 -	100,0
1969	+ 9,9	181,1	+ 9,0	-	100,0
1970	- 15,7	108,1	+ 7,6	-	100,0
1971	-	100,0	-	-	100,0
1972	+ 2,4	97,6	-	-	100,0
MÉDIA 68/72(*)	+ 11,0	97,5	- 8,5	-	100,0

(*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital

SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)

RK - Receitas de Capital

SO - Saldo Orçamentário

OC - Operações de Crédito

* (SO/DK) (-1)

(+) Despesas de Capital Realizadas sem cobertura financeira.
(-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

FONTES: Tabelas 1.1
4.1

AC

4.3

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A				DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS		
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)					(%)
1 9 6 8	-	-	3,9	100,0	3,9	100,0	-	3,9	100,0
1 9 6 9	-	-	6,9	100,0	6,9	100,0	-	6,9	100,0
1 9 7 0	-	-	7,6	100,0	7,6	100,0	0,0	7,6	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	15,1	97,5	22,0
1 9 6 9	13,4	123,2	32,9
1 9 7 0	12,9	120,6	48,1

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 5.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

AC
5.3

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç Õ E S : T O T A I S E M R E L A Ç ã O A: (%)			
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito	Despesas de Capital
1968	-	-	-	-	-
1969	0,2	0,4	3,6	-	0,9
1970	-	-	-	-	-
1971	-	-	-	-	-
1972	-	-	-	-	-
MÉDIA(*) 68 / 72	—	-	-	-	-

FONTE: Amortização: Veja termos de referência do trabalho.
 Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1
 Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhão correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO EM RELAÇÃO A RECEITA
1968	17,7	-	17,7	68,3
1969	21,2	0,2	21,0	40,9
1970	18,3	-	18,3	31,1
1971	27,5	-	27,5	37,9
1972	32,9	-	32,9	36,1

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1

Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.1

Amortização: Tabela 5.3

SERVIÇO M. DÍVIDA

- Cr\$ milhão: correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (%)	RECEITA PRÓPRIA (%)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	-	-	-	-	-	-
1 9 6 9	0,2	-	0,2	0,4	3,6	1,0
1 9 7 0	-	-	-	-	-	-
1 9 7 1	-	-	-	-	-	-
1 9 7 2	-	-	-	-	-	-

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho

